



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1

ATA Nº4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de dezembro de 2020

No dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no edifício do Multiusos, sito à Avenida Nuno Álvares Pereira, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da ata nº 3ª sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro, do ano em curso.

2– Expediente para conhecimento.

3- Período antes da ordem do dia.

4. Período da Ordem do Dia:

4.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.3. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2021 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2021;

4.4. Proposta de aprovação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis/aprovação do número máximo total de subunidades orgânicas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2

4.5. Desempenho das funções de Fiscal Único na empresa "EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA" pela Sociedade revisores oficiais de contas "RSM & Associados, SROC", com sede na Av. do Brasil, 15-1º da cidade de Lisboa;

4.6. Criação de Linha de Apoio Social para aquisição de bens de primeira necessidade COVID19;

4.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 / art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.8. Revogação do Regulamento Municipal de Apoio ao Abate de Suínos;

4.9. Pedido de apoio formulado pela Freguesia de Santo André, para apoio nos arranjos da capela de José, na referida freguesia;

4.10. Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega / Aprovação da Minuta de Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, a estabelecer entre os Municípios do Alto Tâmega e a AMAT;

4.11. Aprovação do Concurso público para fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP dos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e AMAT;

4.12. AMAT / Opções do Plano e Orçamento para 2021 / Para conhecimento;

4.13. CIMAT / Orçamento e Mapa de Pessoal para Aprovação – ano 2021/ Para conhecimento;

4.14. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021 / Para conhecimento;

4.15. Aprovação das Minutas de Contrato Programa a celebrar entre a EHATB e os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os deputados António Ferreira, António Eduardo Santos, Ana Maria Martins, José Luís Nogueira, Vitor Carreira, Ricardo Moura e João dos Santos.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Acácio Gonçalves, Ana Isabel Dias, Sandra Pinto, Marco Sousa, Aníbal Ferreira, Adriano Costa e João dos Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1. Apreciação e votação da ata nº 3ª sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro, do ano em curso.

A ata da 3ª sessão ordinária, realizada no passado dia 30 de setembro, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com seis abstenções dos deputados Nuno Pereira, Sandra Pinto, Ana Isabel Dias, Marco Sousa, Sandra Gonçalves e Acácio Gonçalves.

2– Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4

Inscreveram-se para intervir os deputados Marco Sousa, João Soares, Acácio Gonçalves, Duarte Gonçalves, Sandra Pinto, José João Moura, Alberto Fernandes, Sandra Gonçalves, Rui Cruz, Nuno Pereira, Iva Rebelo, João Carlos Rodrigues e Hernâni Carvalho.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal. Caro Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores. Caríssimos membros da Assembleia Municipal de Montalegre: a atualidade política com que nos deparamos é deverás exigente e responsabilizante para os representantes da democracia, assim como para os representados.

O Partido Social Democrata através da sua Comissão Política Concelhia, tem vindo a efetuar um trabalho político metódico, sério e acima de tudo um trabalho que dignifica a democracia e os seus defensores.

Por um lado, enfrentamos um desafio titânico, desgastante e humanamente exigente, que é o combate na atual crise sanitária que transversalmente enfrentamos como sociedade.

Por outro lado, e cumulativamente, deparamo-nos com um enorme desafio quanto ao desenvolvimento económico (ou não) com que o interior do país e especificamente o concelho de Montalegre se depara.

Conforme já tenho mencionado desde setembro de 2017, a exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados no concelho de Montalegre, não é na minha opinião, a "salvação" quanto ao despovoamento ou à dinamização da economia, mas sim uma desgraça ainda maior para o concelho, especialmente a nível ambiental.

Relembro que o meu partido ao longo dos últimos anos tem feito um esforço assinalável para por um lado informar e consciencializar os Montalegrenses, e por outro combater ferreamente este modelo/solução para o desenvolvimento económico. Assim, resumindo a atividade política do meu partido, saliento que: 1) em setembro de 2017, anterior mandato, questionei-o nesta assembleia sobre a veracidade da situação e eventuais perigos de uma exploração mineira no concelho.

Cumulativamente e tendo em vista uma consciencialização e debate do tema, fiz chegar junto da comunicação social nacional ecos da situação tenebrosa e duvidosa que se avizinhava para o concelho de Montalegre; 2) a 14 de Junho de 2019, nesta mesma assembleia efetuei uma proposta no sentido de a autarquia apresentar em tribunal uma Ação Popular contra o Estado Português de forma a anular todo e qualquer contrato de exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados no concelho de Montalegre. Saliento que esta proposta foi amplamente chumbada pela maioria socialista; 3) em dezembro de 2019, o meu colega Duarte Gonçalves apresentou nesta assembleia uma moção com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5

objetivo de esvaziar a competência do presidente da câmara, forçar executivo a tomar uma posição contra a exploração mineira e exigir uma avaliação ambiental estratégica para a região de Barroso. Saliento também que esta proposta foi amplamente chumbada pela maioria socialista; 4) a 6 novembro de 2019, na primeira declaração política em plenário da nova legislatura, o PSD nacional através de um dos seus vice-presidentes de bancada, Dr. Carlos Peixoto, retomou o caso da exploração da mina de lítio em Montalegre para pedir explicações ao primeiro-ministro.

Torno publico que este trabalho político foi fruto de um trabalho articulado entre a comissão política local e a comissão política nacional a 21 de outubro de 2019 no Porto; 5) a 27 de novembro de 2019, a requerimento do grupo parlamentar do PSD, procedeu-se a uma audição do secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, sobre os contratos para a exploração de lítio em Montalegre.

Saliento o trabalho exemplar e dedicado do Dr. Luís Leite Ramos, deputado eleito pelo círculo de Vila Real, na defesa da sua região e mais propriamente de Montalegre.

Torno também público que este trabalho político foi fruto de um trabalho articulado entre a comissão política local e os deputados do PSD da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território a 22 de novembro de 2019 no Porto. 6) a 28 de fevereiro de 2020 (já este ano), nesta mesma assembleia questioneei o senhor presidente de Câmara Municipal de Montalegre, sobre a sua posição quanto à exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados no concelho de Montalegre. Na altura foi dito que a sua a posição não era a mesma da comissão política concelhia do PS, neste caso concreto a favor; 7) a 6 de novembro 2020, através do canal ARTE-TV, disse em entrevista que "É uma honra para Montalegre de participar na transição energética da Europa, abrindo minas de lítio no nosso território."; 8) já recentemente na Reunião do Executivo Municipal em Travassos do Rio a 30 de novembro de 2020, veio clarificar aquilo que já poucos duvidavam e eu nunca duvidei. O PS Montalegre, apoia a exploração mineira no concelho. Isso ficou claro com o seu voto favorável à exploração mineira da Borralha, e confirmou ao afirmar que "o assunto foi submetido à apreciação da comissão política do partido socialista".

Um outro assunto que considero importante trazer para esta assembleia é a recente entrevista à Rádio Montalegre na sequência do programa da RTP "Sexta às 9" em outubro último, relativamente aos valores por si mencionados na explicação quanto à investigação da PJ que visa a suspeita sobre si em beneficiar familiares na sua atividade de presidente da camara municipal.

Referiu durante a entrevista que o valor do envolvimento financeiro de empresas familiares com o município rondava os 5 milhões de euros e que nem um milhão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

6

por ano daria desde o momento em que se tornou Presidente da Câmara Municipal de Montalegre em 2013.

Fazendo um mero exercício de cruzamento de dados empresariais e financeiros, e por a conseguinte o apuramento de valores denoto que os números estão longe da realidade. Assim, segundo os meus cálculos, o envolvimento de empresas detidas por familiares já ultrapassou os 10 milhões de euros, mais precisamente € 10,804,187.12, números de julho de 2020. Assim posso afirmar categoricamente que o valor médio anual ronda o milhão e meio de euros.

Concluo perguntando, quais são as razões pelas quais primeiramente enganou o povo barrosão e esta assembleia quanto à: 1) exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados no concelho de Montalegre; 2) e de o porque ter referido somente cerca de metade do valor do envolvimento financeiro de empresas detidas por familiares seus com o município de Montalegre. Assinado, o deputado municipal Marco Sousa”.

O deputado João Soares disse que, após o Natal, teve que se deslocar à Venda Nova e ficou surpreendido com um cartaz enorme que dizia “o Povo de Barroso quer minas”, mas deduz que lhe faltava lá a palavra “Não”, mas foi recortada. Quando se diz “não à Mina, sim à vida” é slogan que pode ser partilhado ou não. É uma ideia que não exige fidelização partidária, mas deve de ser democraticamente discutida. Se o povo de Barroso quer ou não quer, é um ato de vontade e essa vontade não foi manifestada. Há atos e ações democráticas para manifestarmos a nossa vontade e ninguém pode falar em nome do povo de Barroso para dizer uma coisa destas.

Disse que as minas da Borralha estão fechadas há 35 anos. Perguntou se estivessem a laborar, se o povo de Barroso teria a coragem de ir lá para se fecharem as minas? Com certeza que não. As minas da Borralha fazem parte da história de Barroso. Há páginas escritas, livros e quem o fez não o fez de ânimo leve e temos que honrar aqueles que o fizeram. A Borralha é património de Barroso. José Jorge Álvares Pereira, José Dias Batista, João Barroso da Fonte, o historiador Padre João Costa, Guida Nunes, o imortal Bento da Cruz têm, no seu registo escrito literário, o nome da Borralha. As minas da Borralha trabalharam em fases e características diferentes quase durante um século.

Em 1915, franceses proprietários, mobilizando inúmeros operários minhotos, quiseram a anexação da freguesia de Salto a Cabeceiras de Basto para facilitar a resolução de problemas administrativos, mas o povo de Barroso não aceitou, disse que as minas ficavam em Barroso. Um advogado de Montalegre esclareceu as populações, dizendo que a revolta devia ser feita imediatamente e apartidariamente em espírito de união. Desta forma, fez-se com que o Senado rejeitasse a proposta de anexar a freguesia de Salto a Cabeceiras de Basto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

7

O assunto das minas está, atualmente, a gerar desunião entre os Barrosões, mas na altura, Montalegre soube assumir que queria as minas e que queria Salto em Barroso. Passou por lá muita gente que nunca falou mal das minas. Até houve quem imortalizasse as minas em versos lindos que os seus alunos cantam. Pessoalmente, distingue o lítio da Borralha. A Borralha já era uma realidade e não se pode falar em miséria quando uma empresa pagava o 13º mês quando isso não acontecia na generalidade das empresas do país até ao 25 de abril. Não se pode criar esta separação em Barroso, é preciso saber ponderar esta situação, falar com clareza às pessoas. É preciso fazer inquérito às pessoas para se saber qual é a opinião delas sem se criarem divisões. Perguntou ainda sobre o complexo desportivo de Salto, se avança ou não.

O deputado Acácio Gonçalves falou do protocolo com o Regimento de Infantaria de Espinho para a realização de trabalhos na estrada Montalegre/Chaves pela ponte da Assureira. Esse protocolo diz que as obras deveriam estar terminadas em 2020. Ora, 2020 está no final e ninguém sabe o que passa com aquelas obras. São obras de Santa Engrácia.

Falou ainda sobre a obra privada da CERCIMONT pois traz as pessoas do loteamento em polvorosa e com razões justificadas. Só espera que não seja mais obra para entrar no orçamento da Câmara.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara sobre algumas obras do Norte 2020 como é o caso da piscina municipal, a requalificação do Prédio Albino Fidalgo, a requalificação de percursos pedonais de Montalegre, o Arquivo Municipal, o Ecomuseu de Salto, a Casa Mortuária, a requalificação da Rua da Costa, a Escola Bento da Cruz e a do Baixo Barroso e a elaboração do cadastro do abastecimento de águas e saneamento. Não se sabe se já foram concluídas, se já foram entregues os autos da obra e ninguém fala nelas.

O deputado Duarte Gonçalves disse que ninguém está a mandar Salto para Cabeceiras, nem para lado algum. Como foi dito, as minas fazem parte do passado e, por isso, a Câmara tem investido tanto dinheiro na musealização das minas da Borralha e deve ser no âmbito cultural e turístico que o futuro deve de ser construído.

Felicitou pela excelente iniciativa da criação da plataforma online da venda de fumeiro e de produtos locais. Peca apenas por tardia, pois já havia falado nela há algum tempo atrás.

Sobre a pandemia, disse que são tempos difíceis os que se vivem, que é uma luta desigual, que se faz o que se pode e o melhor que se sabe, mas pensa que a informação deve ser mais exata ou atempada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

8

A deputada Sandra Pinto entregou o seguinte documento à Mesa: "" Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sr.(s) Deputados, muito bom dia: o Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A é sem dúvida uma empresa importantíssima para a região e tal como foi dito temos que promover e proteger as empresas que temos. Relativamente a outro assunto que me traz aqui é que nos últimos tempos temos vindo assistir a uma tentativa de destruição no nosso concelho pela indústria mineira.

A qualidade de vida e a harmonia a que estamos habituados a ter com a natureza está em causa, a troco de um futuro incerto. Desta forma uni-me á associação Montalegre com Vida, da qual sou socia fundadora e em nome da associação venho propor a seguinte proposta de pronuncia sobre a exploração mineira no concelho de Montalegre: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sr.(s) Vereadores, Sr.(s) Deputados, meus senhores e minhas senhoras. A Associação Montalegre Com Vida, tem vindo a demonstrar a sua preocupação e a alertar todos os Barrosões para a tentativa da implementação de explorações mineiras no nosso Concelho.

Com o pretexto da descarbonização, o nosso governo pretende lançar uma corrida desenfreada aos recursos minerais do nosso país, à custa principalmente das regiões do interior, e em particular no Concelho de Montalegre, que tal como nas outras regiões afetadas, somos um território com baixa densidade demográfica, mas com um enorme orgulho da nossa ruralidade, que mereceu o reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas para a alimentação (FAO), classificando esta região como Património Agrícola Mundial.

Temos o único parque nacional (Parque Peneda Gerês), somos Reserva da Biosfera, temos uma riqueza incalculável em água, os nossos produtos agrícolas são de excelência...

Todo o trabalho desenvolvido por nós e pelos nossos antepassados, ao longo de centenas de anos, na conservação das nossas tradições, na promoção do nosso território como sendo uma ideia da natureza, na qualidade dos nossos produtos, está em vias de ser destruído! Vamos permitir que isso aconteça?

Meus senhores e minhas senhoras: mais de 25% da área do nosso concelho está ameaçada!

A maior parte das freguesias têm uma parte ou a totalidade da sua área com pedidos de prospeção e/ou exploração, se não vejamos:

Contratos de exploração – Freguesias de Morgade, Sarraquinhos, UF Meixedo e Padornelos.

Pedidos de exploração – Freguesia de Salto, União de Freguesias da Venda Nova e Pondras.

Contratos com direito de prospeção – Freguesias de Vilar de Perdizes, Santo André, Solveira, Cervos, União de Freguesias de Meixedo e Padornelos e União de Freguesias de Montalegre e Padroso;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

9

Pedidos de prospeção – Freguesias de Morgade, Negrões, Chã, Cervos, Sarraquinhos, União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, Reigoso, Vila da Ponte, UF da Venda Nova e Pondras, Salto, União de Freguesias de Paradela Contim e Fiães, Ferral e Covêlo do Geres.

Para além de tudo isto, todas estas freguesias também estão referenciadas, e fazem parte da área denominada Barroso Alvão Norte, que fará parte do concurso internacional que o nosso governo pretende lançar, com uma área a concurso de 316,668 Km².

Senhoras e Senhores deputados, este tipo de indústria não trará desenvolvimento para a nossa região. Pelo contrário, só contribuirá para a desertificação da região, provocando a descaraterização de uma área muito significativa do nosso concelho, causando danos irreversíveis tanto na paisagem, como na fauna e flora, bem como nas vivencias e bem-estar da população.

Meus senhores e minhas senhoras: querem que a indústria mineira se instale no nosso concelho?

Querem uma exploração mineira na vossa freguesia?

Propomos, por isso, que a Assembleia Municipal assuma uma posição perentória relativamente à exploração mineira no nosso concelho, e delibere, nesta assembleia, se: São favoráveis à exploração mineira no nosso concelho? Assinado, a deputada municipal Sandra Pinto.”

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público, gostaria em primeiro lugar de falar acerca do Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega S.A., uma vez que existem novos dados, conforme mencionou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente de Câmara, após a sua proposta efetuada no passado dia 14 de Maio de 2020 em reunião de câmara sobre a alienação da participação social detida pelo Município de Montalegre na Sociedade Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega S.A., e tendo sido novamente questionado sobre o mesmo na assembleia municipal de 18 de junho deste ano, gostaríamos de saber, se sempre foi efetuada avaliação pelo ROC nomeado pelo Município e qual foi o preço de alienação resultante da mesma e quando está previsto a sua submissão a esta Assembleia Municipal por parte de Vossa Excelência? Para nós Sr. Presidente de Câmara, o Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega S.A. é transversal a qualquer ideologia ou força partidária e sendo uma bandeira do concelho a nível regional, pois é atualmente o único com licença para abate no distrito de Vila Real, propunha, nesta câmara, a instalação de uma comissão ou grupo de trabalho para a sua modernização, reestruturação e viabilidade, constituída por membros de todos os partidos com assento nesta assembleia, com o ratio proporcional ao quórum atual, disponibilizando-me desde já para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

10

contribuir com o “Know-how” detido ao longo dos 25 anos na carreira de inspeção sanitária, bem como ao conhecimento quer das empresas privadas ligadas ao setor, quer dos meandros da organização interna dentro da Direção que tutela o abate de ungulados domésticos, a DGAV, pois não podemos abandonar o Matadouro à sua sorte, e devemos ajudar os produtores pecuários a escoar os seus produtos e a rentabilizar o seu árduo trabalho, ao mesmo tempo que assegurar os postos de trabalho diretos e indiretos.

Em segundo lugar, constatar um facto pernicioso. A orquestração política do PS. Temos um ministro do Ambiente, acérrimo defensor da exploração de lítio, que por um lado nada disse sobre o encerramento de uma refinaria em Leça da Palmeira, quando estão em causa 1500 postos de trabalho, mas por outro lado congratulou-se pela hipótese de uma refinaria de lítio no mesmo local.

O mesmo ministro que criticou e quase levou ao desmantelamento de uma direção geral por causa da morte de 75 cães, mas nada fez pelo massacre de 540 animais selvagens, quando o seu ministério é responsável pela falta de fiscalização, supostamente pela criação de um parque fotovoltaico. Neste caso, convém salientar que, não sendo caçador, tenho a consciência que a prática venatória consciente, civilizada e controlada poderá ter mais benefícios e vantagens para a natureza que prejuízos.

O mesmo ministro que quer destruir um património agrícola mundial e o ambiente e habitat de dezenas de espécies animais e flora silvática, com a disseminação de minas a céu aberto com áreas de centenas de Kms2 em prol da exploração de lítio e da pegada ecológica.

O mesmo acontece aqui em Montalegre, pois Sr. Presidente de Câmara por um lado dizia que estava do lado da população e apoiava estudos de impacto ambiental, enquanto por outro lado em reunião de câmara votava favoravelmente a exploração mineira na Borralha, passando assim um cheque em branco à restante exploração no concelho, nada tendo feito para atrasar ou evitar esta situação como o seu congêneres barrosão de Boticas, que esteve sempre do lado da população e das associações criadas para evitar tal flagelo.

Sendo assim Sr. Presidente de Câmara, com esta tomada de decisão e seguindo as orientações do seu partido, vai ser responsável pelo maior atentado ambiental em Montalegre, que irá afetar concomitantemente as populações, as aldeias, bem como a identidade cultural.

E não adianta contra-argumentar com artigos de jornal ou atas de reuniões de câmara ou assembleia pois como afirmou o fundador do seu partido, o Dr. Mário Soares, "só os burros é que não mudam" e quando se começou a falar em lítio nunca se imaginou que iria ser a céu aberto e com áreas a rondar vários campos de futebol cada uma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

11

O PS, o mesmo que está há 30 anos à frente dos desígnios deste concelho e que nunca apostou no turismo sustentável e ecológico, nem desenvolveu um plano de ordenamento turístico em redor das várias albufeiras existentes de modo a criar praias fluviais, mas investiu milhões de euros em pontes fantasmas, piscinas fechadas há mais de 10 anos, e saneamentos nas aldeias sem verem o dia da sua realização.

O mesmo partido que nada fez pela reestruturação da EN103, que é a principal artéria de ligação do concelho, mas continua a investir milhares de euros numa pista para meia dúzia de espectadores de fora do concelho.

É hora de mudar de conduta e ouvir o povo, a maioria dele idoso, e que nesta altura precisa do apoio incondicional da autarquia, quer logisticamente no fornecimento dos bens essenciais, quer através de teleassistência com apoio psicológico, bem como o comércio e as poucas empresas familiares que existem no concelho, pois senão morrermos por causa do COVID, iremos morrer de letargia. Viva Barroso. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

A Mesa da Assembleia não submeteu a proposta do deputado José João Moura a discussão e votação, porquanto a mesma foi apresentada de forma genérica, não contendo elementos que permitissem concretizar qual a composição da dita Comissão e quais as suas competências.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos. Senhor Presidente da Câmara, Vereadores e Membros desta Assembleia Municipal: espero que todos tivessem passado umas boas festas de natal, em família mais reduzida e que venham a ter um bom ano de 2021.

Quero aqui recordar que estávamos na última Assembleia Municipal de 30 de setembro, quando o raio do telemóvel tocou e me diziam: as três funcionárias do lar de Salto que foram fazer o teste, deram positivas!

Imaginem! Por uns momentos faltou-me o ar... e avisei o Senhor Presidente da Câmara, de imediato seguimos para Salto. Reunimos com várias entidades e tomamos todas as medidas exigidas para a grave situação que nos surgiu.

De imediato, foram mandados testar todos os utentes, funcionárias e diretores, o número de positivos, aumentou imediatamente para trinta e tal.

Seguiram-se dias difíceis. Nunca pensei que o maldito vírus chegasse a Salto!

Mas, quero aqui dizer, por que todos temos obrigação de sentir os problemas do concelho, que todas as Autoridades Distritais com responsabilidade na área, foram impecáveis na entreatajuda que nos prestaram.

O Dr. Gustavo e o Enfermeiro Paulo da Unidade de Saúde Local;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

12

O Prof. José Manuel e o Senhor Válter, do Centro da Segurança Social de Vila Real;

Os Bombeiros de Salto e Montalegre que, com todo o carinho, deslocaram os nossos utentes, várias vezes, entre Salto e Montalegre e nos deram outros apoios;

A Câmara Municipal de Montalegre que, desde o primeiro momento, esteve connosco e nunca nos faltou com o material necessário;

Reconhecer o trabalho da direção da qual eu faço parte, mas sobretudo do Nuno Mota, que se entregou de alma e coração e não deixou que nada faltasse naquela casa!

As funcionárias do Lar Nossa Senhora do Pranto que foram umas heroínas, horas e horas de serviço a trabalhar, no meio de uma casa com o Vírus, e nunca desistiram, tendo mesmo que ir dormir longe da família durante longo período! E a diretora técnica da instituição, Catarina Teixeira, que trabalhou sempre, só saiu lá de dentro, ao fim de quinze dias, quando foi também contaminada!

É deste sangue que são feitos os verdadeiros barroões!....

Todos merecem um reconhecimento especial, pois não fugiram a esforços e tudo fizeram para salvar os nossos idosos.

Também quero agradecer a todos vós aqui presentes, que viveste também dias preocupados com esta situação, pois eram "os nossos" que estavam em causa.

Agora, estamos todos solidários, com os novos casos que afetam famílias e lares no concelho e desejamos que tudo se resolva rapidamente. Muita força e coragem. Vão vencer! Nós também vencemos! Obrigado a todos. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes."

A deputada Sandra Gonçalves entregou à Mesa da Assembleia o seguinte documento: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras

No passado dia 30 de novembro, desloquei-me a Travassos do Rio para assistir à reunião de câmara pública que ali se desenrolou. Pois bem, senti vergonha alheia. Por vários motivos. Em primeiro lugar, o nosso presidente abriu a caixa de pandora das minas a céu aberto no nosso concelho, aprovando com voto de qualidade a exploração de minérios nas minas da Borralha. Aconselho vivamente a lerem a Fárria do Dr. Bento da Cruz, descreve bem o que era a miséria daqueles que caminhavam para a morte nas profundezas das minas. Eu tive vários familiares que ali sucumbiram. Os meus avós trabalharam nas minas da Borralha, as histórias que ouvi não são as histórias cor de rosa que o presidente da camara tenta vender ao povo de Salto que anda ali enganado com os almejados postos de trabalho que serão escassos e para gente com formação vinda de fora, contratada pela empresa que fará a exploração. Ainda hoje há resíduos altamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

13

poluentes espalhados pelas minas, pela fundição que ninguém quer tratar. Foram gastos milhões a recuperar as feridas deixadas pelas minas. Será que não aprenderam nada com o passado ainda recente?

Em segundo lugar, não entendo a indignação demonstrada pelo presidente da Câmara e vice-presidente com a visita das autoridades, quem não deve não teme, no entanto não se deslocariam ao concelho dois procuradores e vários inspetores da polícia judiciária se fossem meras "pequenas irregularidades. No que depender de mim, irão receber tantas visitas das autoridades quantas as necessárias, até entenderem que não são os donos disto tudo.

Tão pouco lógico é o facto dos populares terem de se inscrever no início da sessão da Assembleia para falar no fim da mesma. As inscrições são feitas mediante a ordem dos trabalhos.

Senti vergonha alheia quando vi o nosso Presidente da Câmara a insultar não uma, mas duas senhoras que assistiam à reunião, uma delas jornalista, por estarem de telemóvel na mão, supostamente a gravar a sessão segundo o presidente da Câmara. De que tem medo o nosso presidente? Se as sessões são públicas porque não podem inclusive serem transmitidas em direto?

Assim sendo, trago a esta assembleia a seguinte proposta: " Proposta à Assembleia Municipal: gravação e transmissão das sessões de Assembleia Municipal: atualmente é usual efetuarem-se gravações e transmissões das sessões das Assembleias Municipais, tendo em conta o carácter público das sessões do órgão deliberativo (cfr.art.49º, nº:1, do anexo I, da Lei nº:75/2013, de 12/09), o que tem como significado que é permitido a qualquer cidadão assistir às mesmas – considerando que no seu âmbito são discutidos assuntos de interesse público geral da comunidade, com o intuito de favorecer o conhecimento das políticas e realidades locais, constituindo, por esse motivo, fonte oficial de informação.

O facto de as reuniões dos órgãos deliberativos das autarquias locais serem obrigatoriamente públicas vai ao encontro do nº:1 do artº116 da Constituição da República Portuguesa (CRP), que dispõe que "As reuniões das assembleias que funcionem como órgãos de soberania, das regiões autónomas ou do poder local são públicas, exceto nos casos previstos na lei".

Aliás, o "Simplex autárquico" contempla, pelo menos desde 2011, como medida a implementar a "Transmissão online das sessões da Assembleia Municipal", a qual já foi colocada em prática por várias Assembleias Municipais.

Dado que qualquer gravação e transmissão das sessões da Assembleia Municipal deve ser precedida de decisão do órgão autárquico, mediante estipulação no regimento ou através de deliberação específica para o efeito, coloco a proposta a votação, para que caso seja aprovada, seja aletrado o regulamento e que a próxima assembleia municipal possa ser transmitida em direto e esteja ao dispor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

14

de todos os cidadãos. Assim convido todos os presentes a subscreverem a minha proposta. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Assembleia disse que ele próprio, anteriormente, tinha feito essa mesma sugestão pois esta matéria não pode ser entendida e tratada como uma proposta. Assim, a proposta não será discutida e votada porque não pode ser considerada como tal pois não são os técnicos que apresentam um regimento. Qualquer membro desta assembleia pode apresentar proposta de alteração do regimento. Por parte da Mesa da Assembleia a proposta está encerrada pois não reúne os critérios legais fundamentais para a discussão e votação.

Assim, a Mesa da Assembleia não submeteu a proposta da deputada Sandra Gonçalves, a discussão e votação, uma vez que a mesma pressupõe uma alteração Regimento da Assembleia Municipal, aceitando-a apenas como sugestão.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, os Sr.(s) Vereadores, os Sr.(s) Deputados e o público aqui presente.

O dia 30 de novembro de 2020 está a ser considerado por muitos como um dos dias mais negros da história do Barroso, pois as portas do concelho de Montalegre foram abertas à exploração mineira, uma das atividades industriais mais destrutivas e mais poluidoras do meio ambiente (água, solo e ar).

Para alguns não é motivo suficiente para impedir que esta atividade se instale no nosso território, o facto de Montalegre ser um concelho que ostenta o único parque nacional, de ser declarado Reserva da Biosfera e de ser classificado como Património Agrícola Mundial.

É incompreensível e lamenta-se.

O executivo Municipal de Montalegre decidiu, com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Câmara, atribuir parecer favorável ao pedido de concessão de exploração de depósitos minerais de volfrâmio, para o projeto mineiro, denominado “Projeto Borralha”, sem ouvir primeiro as populações diretamente afetadas e sem estas conhecerem o projeto em causa.

Mais uma vez, e à imagem do que se passou com a Mina do Romano, em Morgade e Sarraquinhos, a população não foi tida nem achada em todo o processo, não foi consultada, nem teve oportunidade de manifestar a sua opinião. Tudo é feito de um modo pouco participativo e por isso pouco democrático.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

15

A decisão do Executivo foi motivada pelo pedido de parecer que a DGEG solicitou à Câmara Municipal, na sequência do pedido de concessão que a Mineralia efetuou à DGEG.

A Mineralia requereu a concessão de exploração de depósitos minerais para uma área de 56 km² e abrange as localidades dos Padrões, Sangulhedo, Venda Nova, Golas, Salto, Cerdeira, Reboreda, Corva, Paredes, Caniçó, Borralha e Linharelhos, no concelho de Montalegre, e Lama Longa, Campos e Zebral, no concelho de Vieira do Minho.

No Resumo Não Técnico do Plano de Lavra, enviado pela DGEG, não há nenhuma indicação sobre a localização das escombrelas dos rejeitados, do paiol, da lavaria, do britador, da ETAR, como também não existe qualquer referência à quantidade de água consumida no complexo mineiro, nem a origem dessa mesma água, nem o seu encaminhamento depois de contaminada.

Alguns estarão a pensar que a informação em falta será dada aquando da submissão do Estudo de Impacto Ambiental, no entanto, entendo que sem essa informação, o Executivo não deveria ter emitido qualquer parecer, muito menos um parecer favorável.

Assim, passou-se um cheque em branco ao promotor do projeto que ficou com o processo de licenciamento mais facilitado.

Mas o parecer favorável é ainda menos compreensível quando o Resumo Não Técnico do Plano de Lavra contém informação mais que suficiente para que o projeto obtivesse parecer desfavorável, senão vejamos:

- O promotor pretende iniciar a exploração mineira junto à localidade da Borralha, na Brecha de Santa Helena;
- Localiza-se a 120 metros da Ribeira de Amiar, a montante da captação de água para abastecimento público do concelho de Vieira do Minho;
- A exploração vai ser a céu aberto, criando uma cratera com área de 7 ha e uma profundidade que pode atingir os 100 metros;
- Os trabalhos serão organizados em turnos de 8 horas, podendo chegar a dois turnos diários, das 6 às 14 horas e das 14 até às 22 horas;
- Durante os 16,6 anos de exploração mineira, serão usados explosivos com cargas de 388,4 kg, na cava inicial, e 720 kg, na cava principal, com detonações diárias e programadas entre as 13 e as 14 horas; e
- A exploração da mina vai desenvolver-se, paredes meias, com espaços habitacionais, a 545 metros do Bairro Novo da Borralha, a 350 metros de Caniçó, a 245 metros de Paredes, a 200 metros do Bairro dos Quartos Novos da Borralha e a 40 metros do Bairro da Lavaria Nova da Borralha.

Perante este cenário é difícil entender a emissão do parecer favorável.

Será que não tiramos lições do passado?

Não aprendemos nada?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

16

Será que já se esqueceram da cor que tinha a água da Ribeira de Amiar e da albufeira da Venda Nova enquanto a mina de volfrâmio na Borralha estava ativa? Será que já não se lembram de quantos anos tiveram de passar, após o encerramento da mina, em 1985, para que essas águas voltassem a ter vida? Será que é preciso fazer um grande esforço para ver que a instalação desta Mina vai pôr em causa todo o investimento que este Município tem feito no pólo do Ecomuseu da Borralha?

Alguém se convence que os turistas vão continuar a visitar o Ecomuseu da Borralha da mesma forma que o têm feito, e vão querer ficar alojados no hotel que o Município pretende construir na Borralha quando esta Mina estiver a trabalhar a escassos metros?

Alguém informou os agricultores dessas localidades que, se este contrato for assinado e a área de 56 km² ficar afeta à atividade mineira, os baldios que ficarem inseridos nessa mesma área já não podem ser utilizados para efeitos dos subsídios da sua exploração agrícola?

Não vos vou ocupar mais com este assunto, nem vou repetir todas as consequências negativas que este projeto vai trazer para o nosso concelho.

Já o tenho feito ao longo do último ano, nas várias intervenções que tive a honra de apresentar nesta Assembleia.

Mas antes de terminar, vou pedir-vos um pequeno favor.

Que todos os presentes façam um pequeno esforço.

Que se coloquem na pele de um dos habitantes das localidades da Borralha, Paredes ou de Caniçó, e imaginem como se iriam sentir se, de repente, sem contar, vos deparásseis com este cenário: Que durante os próximos 16 anos tivésseis de viver diariamente com uma mina a céu aberto junto das vossas casas; Máquinas a carregar e descarregar pedra das 7 às 22 horas; Dumpers de 20 toneladas a transportar material das 7 às 22 horas; Britador a moer a pedra desde as 7 até as 22 horas; Rebentamentos diários com cargas de 720 kg de explosivos entre as 13 e as 14 horas; A casa a estremecer na hora do almoço! E aparecerem rachadelas nas paredes da casa. O cenário não era agradável! Ninguém merece tamanho castigo!

Pergunto: Como vos sentíeis? Qual seria a vossa reação? Qual seria a vossa posição perante isto?

Certamente que não dizíeis "As Minas, venham elas para cá"... Pensai bem nisto. Não à mina, sim à vida. Juntos, seremos mais fortes. Viva Barroso. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz!".

O deputado Nuno Pereira deixou uma palavra de conforto e empenho positivo neste momento de crise pandémica. Inicialmente, sentiu-se um grande desamparo pois Portugal é um País pobre, com grandes atrasos estruturais, e previa-se não só uma crise económica, mas também social. Felizmente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

17

unanimemente reconhecido, a resposta do Estado Português foi de excelência e meritória e pode augurar um aumento de confiança no que diz respeito ao combate à pandemia e limitar os estragos que esta doença tem feito na economia, nos empregos, na saúde e na saúde psicológica de todos os portugueses.

Assumi que é contra as minas. É contra todas as minas, sejam elas quais forem. É contra qualquer intervenção que possa existir no ambiente. Uma mina não causa mais estragos que uma autoestrada. Uma autoestrada tem rasgos de dezenas e dezenas de campos de futebol. Tem trincheiras com dezenas de metros de altura e ninguém se importa com isso. É contra isso e contra intervenções de forma duradoura e persistente que ataquem e violem determinados equilíbrios na natureza que são fundamentais para a nossa existência. Mas a verdade é que nós, enquanto seres humanos, estamos de pé porque conseguimos escapar às regras da natureza. Qualquer conquista civilizacional, intelectual e cultural que o ser humano teve, foi à custa das transformações tecnológicas que realizou experiências para aumentar a sua complexidade cerebral, e permitirem construir produtos tecnológicos que hoje temos. Se hoje temos uma vacina que permite dar alguma esperança à população mundial é porque há todo um conjunto de investimentos e transformações tecnológicas que resultam de uma intervenção brutal, direta ou indireta, no ambiente. Não vale a pena andarmos com hipocrisias à volta de falsas questões. É contra as minas de lítio, mas quando precisar de uma pilha para o pacemaker do coração de um familiar ou seu, precisa de ter lítio. Assim como se precisa de ferro, de volfrâmio, de todos os materiais que garantam a sua sustentabilidade física, cultural e sociológica da sociedade.

Estamos perante perspectivas completamente diferentes que são avaliadas por padrões culturais e civilizacionais diferentes. Compreende as pessoas que estão contra, mas também compreende as que estão a favor. A discussão deve ser despartidarizada e é essa discussão que não está a ser tida. Há aqui muitos ataques pessoais que são inqualificáveis. O Senhor Presidente da Câmara está a ser atacado injustamente pois ele tem que fazer a ponte entre muitas pessoas e interesses. Devemos ter uma atitude proactiva e inteligente. Os contratos de lítio foram assinados em 2012, num Governo Social Democrata, e não foram promessas, foram contratos. Quando se assinam contratos, assinam-se com as suas consequências e decorrências. Fica mal ao PSD incutir as culpas aos outros quando não assume as próprias. Tem que se encontrar um ponto de equilíbrio. Dizer que as perspectivas de desenvolvimento têm que advir do pólo museológico das Minas da Borralha não é sério. Dizer que a agricultura do concelho tem alguma base de sustentação para garantir que as pessoas fiquem no concelho, não é verdadeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

18

Terminou, dizendo que ainda não assumiu uma posição porque daquilo que não sabe, não fala.

A deputada Iva Rebelo falou sobre a proposta apresentada pela deputada Sandra Pinto porque, estranhamente, ninguém falou sobre ela, ninguém quer tomar uma posição e empurra-se para o outro que é mais fácil.

Disse que o PSD colocou duas propostas para discussão sobre o futuro do lítio no concelho e a maioria dos deputados do PS chumbaram essas mesmas propostas. Recentemente, o Senhor Presidente da Câmara exerceu o voto de qualidade numa reunião de Câmara. Pensa que um Presidente da Câmara deve representar o povo e não a decisão de uma comissão política do partido.

Disse que gostava que a proposta da deputada Sandra Pinto fosse discutida e votada para se saber se o executivo está do lado do povo.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Foi aqui mencionado o sentimento de "vergonha alheia". Bem, quem nunca tinha tido esse sentimento, infelizmente veio experimentá-lo aqui.

Em primeiro lugar, dizer que o PSD não concede lições de democracia ao partido socialista e em segundo não pode a oposição por o peso de uma "decisão" de exploração ou não de recursos mineiros, ainda que de forma subtil, para influenciar a opinião pública, na Assembleia Municipal quando não é da competência deste órgão, mas sim do executivo municipal que foi largamente sufragado para tomar as decisões, não foi o PSD.

Dando agora uma palavra de esperança e reconhecimento, dizer que iniciamos esta última semana do ano de 2020 com a luz ao fundo do túnel acesa.

Com a chegada da vacina da BioNTech-Pfizer, no sábado, começou este domingo a caminhada até ao final do túnel. Vai ser um caminho ainda longo em que vamos ter que manter alguns dos cuidados sanitários, mas é uma caminhada para a esperança e para um normal que tanto ansiamos.

A situação que se vive está a desgastar tudo e todos: as pessoas, o comércio, a economia, o emprego, o rendimento. As dificuldades crescem e os apoios são apenas uma forma de atenuar consequências, e nunca são suficientes.

Claro que em primeiro lugar estão os que não tem rendimentos e que precisam de alimentação.

E quero saudar a Câmara Municipal por ter direcionado muito do seu orçamento para esse apoio social e para a economia local e, particularmente, por ter criado a iniciativa "vale família" para acorrer a casos de maior carência nesta fase da pandemia.

Mas todo o comércio local está a ser gravemente penalizado, e sugeria aqui à Câmara o estudo de algumas medidas de apoio nestes vários setores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

19

E entre esses setores o de maior peso é o do turismo que, depois de algum alento em agosto e setembro, acabou por sucumbir.

E aqui, o setor da restauração encontra-se em rutura completa e o fecho de portas de muitos estabelecimentos é iminente e levaria muitos à falência e ao encerramento definitivo, com o que isso representa no emprego e na perda de riqueza para a região, para além do desalento e do desencanto social que abriria portas a mais fugas para a emigração.

Vive-se um drama de muita gente nesta área de serviços.

E este setor é o que mais impacto terá, positivo ou negativo, numa retoma que esperamos breve.

Não se pode fazer tudo, mas analise-se esta emergência, com visão solidária e estratégica, porque este setor não pode morrer, porque morreria muita economia com este que é seguramente um dos ramos de atividade mais abrangente e que mais implica com outros setores da economia local.

Assim, para continuar de "porta aberta" o setor da restauração precisa e merece ajuda, pelo menos para aliviar o fardo dos seus encargos.

Aproveito para deixar a minha solidariedade ao setor, enviar uma palavra de esperança e de reconhecimento e questionar a Câmara se já está previsto apoio para este setor.

E por fim, queria aqui deixar uma sugestão ao município para desencadear uma campanha forte de sensibilização contra a pandemia e de informação assertiva e clara, que possa chegar a todos:

Todos sabemos da situação do país e do nosso concelho.

Sugeria à Câmara que tomasse medidas mais incisivas na informação e nos alertas à população, como, por exemplo: o painel led da avenida passaria, neste período, exclusivamente, a fazer avisos sobre a pandemia, os cuidados a ter e informação clara – por exemplo em que nível de risco se encontra o nosso concelho; quando é que entram em vigor as medidas consoante o nível de risco (ao fim de semana recolher às 13h ou às 23h), a informação a este respeito não tem sido clara e há muita gente em dúvida constante; Que fossem tomadas medidas de compra de publicidade em jornais e na rádio para esse efeito; Ou, eventualmente, a distribuição de panfletos via CTT.

Esta vai ser uma caminhada que vamos ter que fazer todos juntos, durante o próximo ano e devemos fazê-la com coragem, abnegação e sentido de responsabilidade, porque, apesar de a vacina já estar a ser administrada, não é, infelizmente, o fim da pandemia. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."

O deputado Hernâni Carvalho disse que será triste pensar que em 2021 a democracia e o debate de ideias não seja salutar. Todas as opiniões são legítimas desde que fundamentadas, mas tem que ser legítimo o respeito pela diferença



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

20

de opinião. E nessa diferença de opinião, disse à deputada Sandra Gonçalves que a imagem catastrofista da Borralha não é verdadeira.

Trabalha na área da proteção civil e sabe que o Município tem feito esforços muito grandes para informar a população na sequência do dever da informação. O que é certo é que se, no início, as coisas funcionaram muito bem, agora estão a correr pessimamente. Nos últimos quinze dias, passou-se por um cenário de desinformação completa e acha que está na hora do Presidente da Câmara dar um murro na mesa pois, entre passar números mal dados ou não passar, então é melhor não passar. O último boletim epidemiológico do concelho tem 111 pessoas na fase ativa da doença e tem meia dúzia de contactos em isolamento. Das duas uma, ou aquelas pessoas moram sozinhas todas ou alguém não anda a fazer o trabalho de casa. Falou ainda de 30 casos positivos que já reuniam condições para ter alta médica, mas que não tiveram por falta de médico de família ou alguém que lhes ligasse para dar autorização para sair de casa. É por isto que as situações se agravam. Sabe que a responsabilidade dos números não é do Município e é um trabalho árduo, mas tem de se dizer a quem de direito que a informação não está a ser bem gerida.

Referiu que houve celeuma sobre o assunto da Cercimont que deve ser posta de lado pois trata-se de um bem maior. E o bem maior é a resposta realmente necessária para um conjunto de pessoas que durante muito tempo estiveram esquecidas e escondidas. Terminou, dizendo que Governo algum fez tanto por esta área, sendo que as regalias para cuidadores informais deve-se ao Partido Socialista, são esses valores em que ele acredita.

Desejou a todos um ano 2021 com muita saúde e deixou uma palavra de apreço a todos os Bombeiros, a todas as instituições de Solidariedade Social, ao centro de Saúde e aos agentes locais que se tentaram adaptar às exigências e, por fim ,ao Município que tem feito um trabalho notável.

A deputada Sandra Gonçalves pediu para intervir sobre a proposta que apresentou.

Disse que veio apenas fazer uma proposta para que seja alterado o regimento da Assembleia e quem tem que fazer a alteração são os técnicos. Quando o PSD apresenta uma proposta é para ser discutida, depois não é para o Presidente da Assembleia dar as indicações como é que os deputados devem votar ou não. Se o erro desta proposta é por ser feita pelo PSD, então que seja o PS a propor, desde que seja feita.

Perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia porque é que não usa os recursos jurídicos disponíveis da autarquia para alterar o regimento e trazer então a proposta à assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

21

Inscreverem-se para intervir sobre a proposta da deputada Sandra Pinto os deputados Marco Sousa, Duarte Gonçalves e Rui Cruz.

O deputado Marco Sousa referiu que é de louvar a atitude e iniciativa da deputada socialista Sandra Pinto no sentido de abraçar a causa. Esta proposta é uma mistura do que inicialmente foi feito por ele e pelo deputado Duarte Gonçalves. Louva a atitude, embora peque por tardia.

Disse que na altura em que ele apresentou uma proposta semelhante na Assembleia, o deputado Rui Cruz assumiu que não vota a favor para não politizar este assunto. E hoje estamos aqui perante esta proposta. O amanhã acontece. Disse ainda que o deputado Rui Cruz tinha dito que é socialista há muitos anos. Ele também é social democrata há décadas, mas porque os seus ideais e os seus valores estão acima do seu partido, vai votar a favor da proposta.

O deputado Duarte Gonçalves disse que acha vergonhoso chegar a esta altura do campeonato e a Assembleia Municipal não se ter pronunciado. A política está em tudo. Se não se sabe sobre determinado assunto, há o dever de se informar. Foi para isso que foram eleitos. O Álvaro Santos Pereira assumiu que havia forma de pôr travões. O Presidente da Câmara devia ser isento e assumir as suas posições.

Afirmou que a bancada do PSD está alinhada com a proposta apresentada.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: "Boa tarde novamente, antes de falar da proposta da deputada Sandra, umas notas breves. Sempre coloquei os interesses do concelho acima dos interesses partidários e até dos pessoais, prova disso é a posição que tenho defendido, desde o início, de ser contra a exploração mineira no concelho de Montalegre, não entendo como se pode pensar o contrário.

Quanto ao querer partidizar este tema, já expliquei a minha opinião, não volto a falar nisso. Juntos somos mais fortes, o oposto é dar força ao outro lado.

Em relação a esta mesma proposta, espero que os deputados aqui presentes, tenham em conta que esta votação nada tem a ver com ideologias partidárias, não estamos a votar se, isto é uma proposta do PS, do PSD ou do CDS, este tema não tem cor partidária.

Entendo que, neste momento, esta assembleia já tem informação mais que suficiente para, de uma forma consciente, se poder pronunciar se quer que a indústria mineira se instale no concelho de Montalegre. Todos sabemos que a exploração mineira é das atividades indústrias mais poluidoras.

Embarcar nessa ilusão significa desistir, baixar os braços e deitar fora 30 anos de trabalho a construir o concelho de Montalegre como uma ideia da Natureza, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

22

o turismo da natureza, com os produtos endógenos do Barroso, com a Feira do Fumeiro, a Vitela do Barroso.

Aqui não pode haver experiências, não podemos pensar que “Vamos experimentar e ver se resulta”. Não estamos a escolher uma peça de roupa, se gostar compro senão deixo-a na loja, viro costas e vou-me embora, não me acontece nada. Na exploração mineira não é possível fazer isso. Se esta atividade se instalar no nosso território irá laborar até ao dia que deixar de dar lucro, e a mina fecha as portas, mas o passivo ambiental vai ficar para sempre na nossa terra, a Borralha é a prova disso. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz.”

A Mesa da Assembleia não submeteu a proposta da deputada Sandra Pinto a votação, porquanto não compete à Assembleia Municipal deliberar sobre este assunto.

A Assembleia Municipal, em sede de recurso, deliberou ratificar a decisão da Mesa relativa à proposta da deputada Sandra Pinto por maioria, com onze votos contra.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o slogan “não à Mina, Sim à vida”, para além de pouco ou nada racionalmente consistente, deixou de ser algo muito concreto e definido, circunscrito a um território ou lugar, como a Mina do Romano, para ganhar outra nova dimensão, pluralizar-se e estender-se a tudo quanto seja processo de intenção mineralógica. É uma espécie de regresso à Idade da Pedra, mas no usufruto de todas as mordomias e confortos de alma que a exploração desenfreada dos recursos do planeta são postos à disposição de uns quantos.

Face às acusações de incoerência, deriva ou falta de firmeza, reafirmou mais uma vez o que sempre por si foi dito, mau grado o esforço de tantos em desvirtuar o sentido das suas palavras, “seremos sempre a favor de tudo quanto traga desenvolvimento, criação de riqueza e de postos de trabalho, fixação de pessoas à terra desde que tudo se faça no respeito e preservação dos valores paisagísticos, patrimoniais e ambientais que são o selo e imagem de marca das terras de Barroso”. A isto se chama coerência, saber estar, saber esperar pelos Estudos de Impacto Ambiental e respetiva apreciação e nunca andar a reboque de falsas teorias, ímpetos ou impulsos de intenções escondidas e de indisfarçáveis motivações políticas de resultados ou propósitos anunciados ou até já muito visíveis.

Esta é a posição do Presidente da Câmara, da maioria dos Vereadores, do Partido Socialista e só não virá a ser posição institucional da Câmara quando for chamada a pronunciar-se por haver compromisso que respeitaremos, de adotar a posição que a Associação Montalegre com Vida quer ver tomada depois de conhecida a análise dos estudos de impacto ambiental que promoveremos, tal como sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

23

foi anunciado. Continuem assim os que teimam a desvirtuar maldosamente a posição que a maioria do executivo municipal vem ao longo dos tempos evidenciando. Continuem a atirar pedradas à cabeça do Presidente por ser coerente e nunca andar a reboque de oportunismos políticos ou ruidosas manifestações e que nunca se prestaria a denunciar o companheiro de partido – Presidente da Câmara de Boticas - onde foram aconselhar-se para, de seguida, o apunhalarem pelas costas, exigindo que o Presidente da Câmara de Montalegre deixe de ir passear a Nanterre, ponha os pés a caminho de Lisboa e desenvolva esforços para que o processo verticalizado da mineralização seja implantado no concelho de Montalegre e nunca no concelho vizinho, o tal onde se inspiraram para depois atraçoarem o inspirador pelas costas. “Só percebemos a importância do lítio depois de reunirmos com o Presidente da Câmara de Boticas” assim disseram os Srs. Vereadores do PSD e exararam em ata. Só que tamanha importância deixou de ser importante quando se aperceberam das legítimas manifestações de descontentamento em Morgade a que rápido se colaram na vã esperança de ali fazerem proveitosa vindima nas eleições autárquicas que estão à porta. Se isto é política ou ser-se político nada se pode esperar do estilo marionete a que o PSD se entregou e presta.

Assumi que é uma honra para Montalegre participar nos desígnios de Portugal e da União Europeia onde não fica bem estarmos permanentemente de mão estendida.

A mineralização é vista mundialmente como motor de desenvolvimento. Só para meia dúzia em Montalegre é tida como uma desgraça ou fim de vida. Mas que fique claro: se a exploração do lítio for a desgraça que por aqui se anuncia, não tenham dúvida nenhuma que, e relembro a posição tomada publicamente em programa televisivo pelo Sr. Secretário de Estado da Energia, jamais avançará o processo de exploração. Governo, Câmara, Associação Montalegre com Vida e outros mais que por aí se manifestarem estaremos consonantes, concordantes e a remar no mesmo sentido. Pensem nisto os profetas da desgraça! Comparem alguns o que agora dizem do lítio com as posições tomadas quando vieram os parques eólicos e os barcos a motor se faziam ouvir na barragem. Pode ser que, revendo-se ao espelho percebam a figura triste que tantos fazem e o mau exemplo que alguns dão.

Está consciente de em todo este processo ter sido sempre muito coerente e cuidadoso na análise do que o projeto em causa poderá representar para o território. Quem pensa o território e tem a responsabilidade de dar-lhe um rumo não pode reagir por impulsos. Tem de ser ponderado, avaliar os prós e os contras, ouvir as partes todas e aguardar a tomada de posição quando estiver na posse de todos os elementos que possibilitem fazê-lo. Mais disse estar, neste processo, muito sereno, consciente, sem qualquer outro interesse que não seja o futuro de Barroso e dos Barrosões. E sem rabos de palha!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

24

Da importância que a mineralização pode ter para Montalegre deu como exemplo Castro Verde onde graças às minas de Aljustrel e Neves Corvo é o concelho onde se regista a maior taxa de natalidade e onde a média de salários ultrapassa em muito os mais altos salários da função pública.

Mais aconselhou a todos porem os olhos em países desenvolvidos, económica, social e culturalmente como são o Canadá, Suécia, Finlândia, Noruega e Austrália onde a exploração dos recursos é primorosamente aproveitada. Note-se que são países com população literata, que sabe o que quer, pensa pela sua cabeça e mostra uma sensibilidade e preocupação ambiental muitíssimo superior à nossa, particularmente à daqueles que têm um fazer radicalmente diferente do dizer.

Num país como, infelizmente, é Portugal e numa zona como é a nossa, em preocupante declínio demográfico, ninguém de ânimo leve pode dizer “Não à mina” que agora, surpreendentemente parece ter evoluído para um insensato “Não às minas” enquanto os prós e os contras não forem cientificamente postos a circular.

Ao longo dos séculos, a mineração foi determinante no povoamento e desenvolvimento das civilizações. A descoberta do ferro e seu manuseamento pôs fim ao nomadismo e ao cavernismo da Idade da Pedra. Seguiu-se a Idade do Bronze, mais tarde do ouro e tudo representou fulgor, desenvolvimento, conforto, pujança económica. Agora que o planeta começa a dar sinais de descontentamento e de ameaça à vida na terra, querem os negacionistas ficar eternamente acomodados aos malefícios dos combustíveis fósseis e seus absurdos aproveitamentos para que o mundo se resigne à irracionalidade da Idade do plástico. Esta continuada destruição é que deveria ser a preocupação dos defensores do “Não à mina” que agora fazem evoluir para o “Não às minas”. Disse ter assistido a uma conferência em formato digital sobre o lítio onde gente entendida na matéria, e insuspeita quanto à filiação partidária, como é o caso do Prof. Mira Amaral, ex-ministro do PSD e eminente professor universitário com especialização em combustíveis e energia, foi muito claro em afirmar que “o setor mineiro é a última oportunidade para as regiões de baixa densidade. Cria emprego jovem e qualificado, bem remunerado e dá oportunidade direta e indireta aos mais variados setores da economia local e não só”. Mais disse “a importância da mineração aumenta hoje no quadro da pandemia vigente pois que a recuperação económica não será feita ao mesmo ritmo em todo o mundo. E países com dívida enorme como Portugal ficarão para trás e o fosso das desigualdades necessariamente se agravará.”

Digamos que os países ricos, os ditos desenvolvidos, fazem aproveitamento dos seus recursos. Os de mão estendida como, infelizmente, somos nós, pura e simplesmente dizemos “não queremos”. E o pior de tudo é não fazer-se um esforço para perceber se o que está a ser posto em causa é só muito, muito mau



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

25

e não trará um mínimo que seja de bom! Para o país, para a região, para todos nós!

Disse entender muito bem e aceita que se manifestem todos os que vão ver ameaçadas as suas propriedades e se preocupem com a justa indemnização. O que para muitos poderá significar a sobrevivência e a permanência na região. A esses entende muito bem. E serão quem está na primeira linha das suas preocupações.

Quanto ao volfrâmio, foi muito claro e disse ser bem vindo. O Baixo Barroso quer minas e não esquece a importância que as minas da Borralha tiveram no desenvolvimento da região, tal como referiu o deputado João Soares, conhecedor como nenhum de nós, do que é e representa uma mina no desenvolvimento de um País ou de uma região.

Sobre a mina do Romano, de que vão chegando informações de que dificilmente é viável, reafirmou mais uma vez o que sempre disse "A posição oficial da Câmara será a que a Associação Montalegre com Vida quer que seja tomada. Que o mesmo é dizer, jamais daremos o nosso sim às conclusões saídas do Estudo de Impacto Ambiental por mais virtuosas que possam ser. Vale o que vale perante um desígnio que é o do Estado e sobre o qual o parecer da Câmara não tem qualquer relevância. Mas honraremos a nossa palavra. Cumpriremos o nosso dever perante as populações que jurámos defender.

Reforçou, contudo, que a Associação Montalegre com Vida não pode vir, face ao anúncio da exploração de volfrâmio na Borralha, pretender capturar tudo quanto seja mineralização no concelho de Montalegre. Isso é fundamentalismo convertido em religião de última hora.

O complexo desportivo de Salto está em preparação e vai de imediato avançar com a abertura de concurso desenvolvido pela EHATB e pagamento de expropriações por conta do orçamento municipal.

Aos que para a Assembleia trazem outra vez a auto-consolação do famoso programa "Sexta às 9", feito a pedido dos delatores ou bufos que nesta Assembleia se sentam, e que só deram a cara depois de primeiro se haverem escondido no argumento de serem denúncias anónimas, a que, num Estado de Direito ninguém pode ter acesso, à exceção dos bufos, disse estar muito sereno, tranquilo, a dormir bem e ansioso por mostrar como tudo foi feito no escrupuloso cumprimento da lei.

Os delatores colocaram as fichas todas na vinda da judiciária convencidos de que ou foi ou racha. Saiu-lhes o tiro pela culatra. E a infâmia de se prestarem ao papel cobarde de denunciantes custar-lhes-á muito caro porquanto, tal como Roma, também o povo de Barroso não perdoa a traidores. Serenamente e de cara lavada, colocamo-nos nas mãos da justiça como é nosso dever fazer. E cá estaremos para mais uma vez estarmos à altura do que os Barrosoes exigem dos seus representantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

26

O Norte 2020 tem um vasto conjunto de obras em curso, umas, em preparação, outras.

Estão no terreno, são visíveis, com os respetivos autos de entrega e são superiormente escrutinadas por agentes exteriores ao Município.

Os percursos pedonais a que o Sr. Acácio Gonçalves se referiu correspondem às intervenções programadas para os passeios da Corujeira e da Mijareta. Podem não ser uma prioridade para muitos, mas é o único sítio onde o acordo de Parceria assinado com o Estado Português e a União Europeia permite que seja gasto face ao programa desenhado para as intervenções designadas PAMUS.

Mais disse que o Matadouro esteve durante muito tempo lançado à sua sorte e ninguém com ele se preocupou. Agora que apresenta resultados positivos, aparecem os salvadores oportunistas por todo o lado. O Tribunal de Contas diz claramente que o Município deve pôr-se à margem e sair do grupo acionista.

Disse que o deputado José João Moura parece estar mais preocupado em tirar a vez ao deputado Manuel Rebelo por estarem sempre a abordar os mesmos temas. referiu que os 500 mil contos gastos na acessibilidade da Ponte da Assureira também para si é dinheiro mal gasto. Mal gasto porque ainda não há condições para que a acessibilidade a Chaves possa fazer-se por ali. Talvez o próximo quadro comunitário venha a possibilitá-lo, mas para tal há que esperar. E mal gasto, sobretudo, porque resulta de denúncias reportadas pelo PSD ao Ministério Público acusando a Câmara de gestão danosa. É assunto em investigação, ficam a saber os senhores deputados. E é também algo que está na mira da União Europeia que pode obrigar a Câmara Municipal de Montalegre à devolução da verba correspondente ao financiamento comunitário. Para tal obviar as Câmaras de Chaves e Montalegre protocolarem a intervenção com o Regimento de Engenharia de Espinho, a quem estamos gratos, e conscientes que, feito o encaixe dos dois lados da ponte, haverá tolerância da União Europeia e jamais teremos de devolver dinheiro a Bruxelas.

Entretanto, o dinheiro da intervenção agora escusada, inútil e muito onerosa, fica na economia local: nas gasoleiras, nos restaurantes, nos fornecedores de materiais, etc.

É assim que se trabalha para o bem comum. E também fica claramente evidenciado o ímpeto justiceiro, persecutório, de inspiração nazi que caracteriza os dirigentes que o PSD hoje apresenta e que são a subversão do que deve ser a política e o carácter reformador que o Dr. Diogo lhe deu.

O dinheiro gasto na acessibilidade à ponte da Assureira podia aplicar-se na recuperação da piscina, sem que o município tivesse de recorrer ao crédito, na central de camionagem, na intervenção no telhado do Multiuso, na construção do campo de treinos do Centro Desportivo e Cultural de Montalegre ou no Parque Desportivo de Salto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

27

Costuma dizer-se que cada um só pode dar o que tem. E o nada é o que o PSD atual tem para dar a Montalegre.

Felicitou as IPSS's do concelho, os Bombeiros, os profissionais do Centro de Saúde e os funcionários da Câmara pelo excelente trabalho desenvolvido no combate à pandemia. E aprecia sobretudo que o PSD nunca tenha tido uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Câmara e pelos apoios colocados à disposição dos Barrosões.

Falou da CERCIMONT para denunciar o aproveitamento político que o PSD fez de tão importante iniciativa desenvolvida com o apoio da Câmara e que será para materializar custe o que custar. Mais uma vez o PSD a colar-se a oportunismos e causas perdidas como são o lítio, como foi o Castelo e tantas coisas acerca das quais não tem opinião formada e corre ao sabor de modas, de opiniões sem fundamento. Manipularam e partidarizaram um assunto nobre e sério. Que mexe com famílias que sofrem, com jovens adolescentes e adultos a quem a sociedade e os poderes públicos têm de olhar de frente e dar satisfação. E onde a insensibilidade que a política não pode albergar e em que as políticas não podem dar eco aos que, na defesa legítima dos seus direitos de moradores, passaram insensíveis ao lado de quem nos é próximo e muito sofre.

Deu a conhecer à Assembleia um fundo COVID plasmado em orçamento que vai servir para apoiar as atividades mais prejudicadas com a pandemia e que o setor da restauração e cafetaria estão perto da falência e têm dificuldades em manter os postos de trabalho. É para defesa dos postos de trabalho que o fundo existe. Que será reforçado caso venha a ser necessário e que não está posto de parte poder ser extensivo a outros tipos de atividade caso a pandemia perdure e a anunciada vacina não erradique do nosso seio. Informou que todo este processo será trabalhado com a Associação Empresarial do Planalto Barrosão com quem a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar e cuja cooperação institucional agradece. Considerando o autoelogio como sendo impropério disse, contudo, sentir-se muito honrado por ter sido Montalegre o único concelho do Alto Tâmega a distribuir 160 computadores para o ensino não presencial e a isentar todas as famílias e empresas do concelho do pagamento de água e tarifas associadas no que representou uma perda de receita a rondar os 500 mil euros.

Sobre o sector da mineração, teve a oportunidade de vincar que a exploração de volfrâmio, que apoia, nada tem a ver com o anunciado propósito de exploração de lítio cuja posição é bem conhecida e está na linha da tomada de posição que a Associação Montalegre com Vida venha a tomar depois de feita a consulta e análise ao Estudo de Impacto Ambiental. Disse que o assunto lítio até ao momento só tem servido para fazer política, pré-anunciando-se inclusivé candidaturas autárquicas nascidas à volta do tema. E porque a sua posição pessoal é por demais conhecida e, sobretudo por considerar-se Homem honrado e de palavra, não admite que o Sr. Presidente da Associação Montalegre com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

28

Vida faça constar, como fez em Travassos do Rio e, deixe exarado em ata, que a partir do sim ao volfrâmio já sabe de que lado está o Presidente. Não lho admito por ser uma interpretação abusiva, infundada e descontextualizada de tudo quanto sobre o lítio tem vindo a dizer e a que o Sr. Presidente da Associação parece dar orelhas moucas.

Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os deputados Rui Cruz, Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e João Carlos Rodrigues.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: "Sejamos claros e corretos no que dizemos. Não disse que iriam lavar nos 56 km². O que eu disse é que o pedido de concessão da Mineralia tem uma área de 56 Km², não estou a inventar nada, basta olhar para o mapa da DGEG que acompanha o pedido e ver que tem um perímetro delimitado com essa área, é muito fácil de comprovar, é só ler.

O Resumo Não Técnico do Plano de Lavra só refere as atividades previstas para uma área de 7ha, omite o que se pretende fazer na restante área. "Então o que se vai fazer na restante área?" Não sou eu que tenho de dar essa resposta. Essa pergunta devia ter sido feita ao promotor e não a mim. Uma coisa é certa, a exploração mineira não se limita aos 7ha previstos para a Brecha de Santa Helena, na Borralha, se assim fosse, este projeto nem precisava de Estudo de Impacto Ambiental. É a própria DGEG que afirma que o projeto está obrigado a realizar o EIA e isso é porque a área da concessão é de 56km² e não de 7ha, que não fique qualquer dúvida sobre isto.

Mas não é por acaso que o promotor está a pedir a concessão desta área toda, e assim sujeitar-se ao crivo do EIA, é que ele sabe muito bem que esta área está incluída na região Barroso-Alvão, uma das 9 regiões de Portugal com ocorrências de depósitos de lítio, identificadas no Relatório do Grupo de Trabalho Lítio, encomendado pelo Estado Português.

Ora se o promotor obtiver a licença para explorar o volfrâmio é a primeira etapa para começar a explorar o lítio, basta pedir a inclusão deste mineral na licença de exploração. Em Covas de Barroso foi assim que fizeram, começaram com uma licença para o feldspato e agora querem explorar lítio. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz."

O deputado Duarte Gonçalves disse que gostava que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse a acusação de que foi o PSD que mobilizou os moradores contra a Câmara Municipal, relativamente ao assunto do loteamento da Veiga.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

29

A deputada Sandra Gonçalves lembrou que, se as minas avançarem, a culpa é do PS pois é um processo reversível. A Associação Montalegre com Vida é contra as minas, não é apenas contra uma mina.

Quando as minas da Borralha funcionavam, havia muita gente a morrer com doenças pulmonares. Há vários países que não querem as minas, mas os portugueses são iludidos. É um engodo.

Disse que é irónico que a pandemia seja justificação para tantas atrocidades.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "O Sr. deputado falou aqui em "polvorosa" relativamente à alteração do loteamento da Veiga para regularizar a cedência de lote pela Câmara a uma IPSS, ligada ao apoio às pessoas com deficiência.

Diz-se aqui que sabíamos do envolvimento do PSD para gerar confusão neste processo. Vocês criaram a "polvorosa".

O PSD "infiltrou-se" nos moradores para tentar tirar proveito político num assunto que deveriam tratar de forma séria e saíram-se mal.

Prestou mau serviço aos próprios moradores; politizou e partidizou o assunto e isso foi recusado por muitos por aproveitamento indevido e indesejado.

Na ânsia de por moradores contra a Câmara, os moradores contra moradores e colocou o próprio partido contra valores humanos e valores sociais.

Mas, como quase sempre, a sua posição foi criticada por muitas pessoas, até por algumas que estavam contra a iniciativa da Câmara e mesmo por ex-dirigentes do PSD.

Voltamos aqui a falar em estatuto da oposição, ou mais uma vez por falta dele, em mais um ato lamentável deste PSD.

Apesar de a questão não me ter sido colocada a mim diretamente, mas fui eu que disse, e repito, que o PSD politizou e partidizou um assunto sério e intrometeu-se num processo que tem regras legais e direitos dos proprietários. O PSD não respeitou as regras, nem os proprietários, nem os princípios de uma ação política séria.

O PSD não sabe disto?

O PSD não sabe o que pensam e o que dizem os eleitores? Não sabem. Nem sabem o que dizem os seus próprios ex-dirigentes.

Então eu vou dizer o que dizem e quem diz: O que dizem é que nem o PSD, nem qualquer partido, devia acicar ânimos e tentar tirar dividendos de um processo legal e transparente, e que, ainda por cima, se desqualificou ao lançar ou envolver-se, direta ou indiretamente, no preconceito contra o que deveria ser a elevação do valor humano e do valor social que não respeitaram; E quem o diz são, entre outros, dois ex-dirigentes do partido que deram mais ao PSD que os PSD's que aqui estão e os atuais dirigentes todos juntos; Ainda não perceberam quem são essas pessoas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

30

Então eu explico melhor: quem criticou o PSD por este lamentável envolvimento e o assumiu publicamente, só não sabe quem não quer: foram só dois ex-dirigentes que, quando concorreram a eleições, tiveram o triplo dos votos que o PSD tem agora. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega entregou a seguinte documentação à Mesa: “A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT) é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial específico. Rege-se pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Estatutos próprios e demais disposições legais aplicáveis, tendo em vista a prossecução de interesses comuns aos Municípios que a integram: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. A CIMAT constitui-se como unidade administrativa a que corresponde a NUT III Alto Tâmega e tem a sua sede na Avenida dos Aliados, nº 9, na cidade de Chaves.

A área geográfica do Alto Tâmega abrange um total de 2.922 km², correspondendo a 13,7% da Superfície da Região Norte, com uma população que se situava nos 93615 habitantes, correspondendo a 2,6% do total da Região Norte.

Concelho	Área do Concelho (km ²)	População (Censos 2011)
Boticas	321,96	5694
Chaves	591,23	41225
Montalegre	805,46	10387
Ribeira de Pena	217,46	6517
Valpaços	548,74	16699
Vila Pouca de Aguiar	437,07	13093
Total	2921,92	93615



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

31

O Conselho Intermunicipal tomou posse a vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete.

A Assembleia Intermunicipal foi instalada a vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete.

O Secretariado Executivo Intermunicipal eleito iniciou funções a um de janeiro de dois mil e dezoito.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: a Equipa Técnica da CIM-AT é fundamentalmente constituída, desde a sua origem, por técnicos em regime de mobilidade oriundos dos Municípios e/ou AMAT. Tendo em conta as novas funções que a CIM tem vindo a receber no decurso do atual processo de descentralização, o Conselho Intermunicipal tem tentado reforçar a estrutura técnica para poder responder às novas competências, esforço que deve ser prosseguido no ano de 2020.

Este corpo técnico está disponível em permanência para apoiar os Municípios, servindo de suporte ao Secretariado Executivo na elaboração, submissão e operacionalização de candidaturas próprias ou outras, de acordo com a superior decisão do Conselho Intermunicipal.

Decorrente das novas competências assumidas, a CIM-AT aprovou em 2018 nos seus órgãos a alteração da sua estrutura organizacional e funcional, passando a sua atividade a estar centrada em 4 unidades organizacionais, unidades essas que se mantêm em 2019, de acordo com o organigrama (Figura 1):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

32

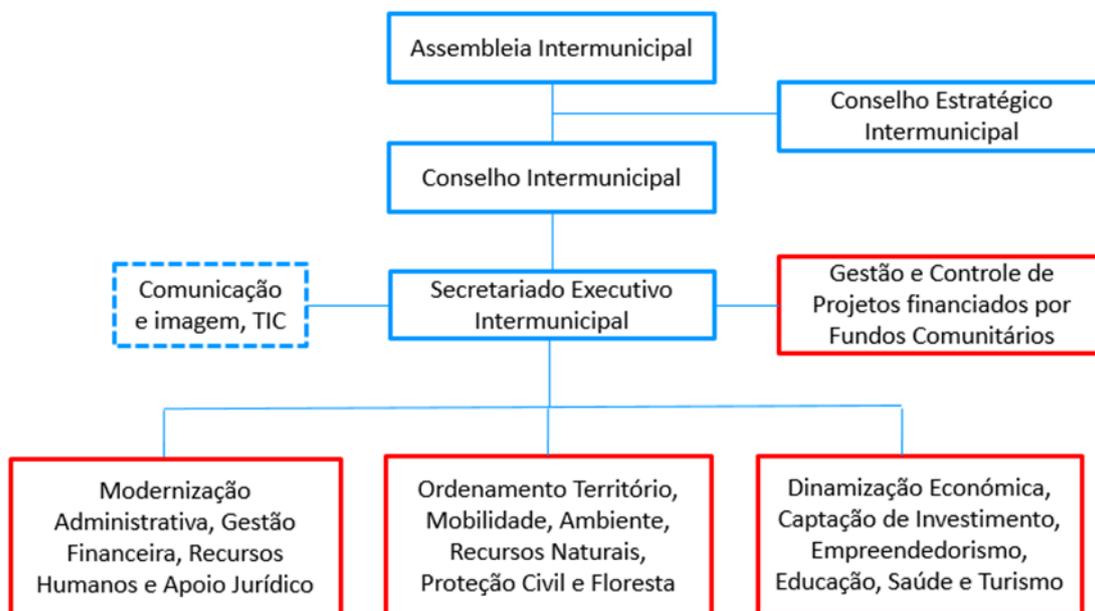


Figura 1 - Estrutura organizacional e funcional da CIMAT

As atividades de Comunicação e Imagem, que até ao final do ano de 2019 estão externalizadas irão no início de 2020 fazer parte da estrutura organizacional e funcional da CIM-AT. A atividade relacionada com o suporte aos Sistemas e Tecnologias de Informação continuam externalizadas.

ÁREAS DE ATUAÇÃO: a CIMAT visa, fundamentalmente, garantir a articulação dos Municípios na materialização de estratégias que envolvam todos os atores do nosso espaço territorial, numa verdadeira dimensão supramunicipal, numa lógica de curto, médio e longo prazo, aproveitando as sinergias existentes, otimizando recursos, procurando atrair investimento e instanciando programas comunitários. A CIMAT destaca como grande objetivo da sua atividade, contribuir para a “fixação” e “atração” de pessoas para o território. A atividade da CIMAT é assim norteada, nos seus propósitos, pela necessidade de apoiar, estimular e assegurar crescimento e criação de emprego, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental do território, fomentando a produtividade e a coesão social. O Alto Tâmega pretende tirar partido de todas os instrumentos que estão ao seu alcance para aumentar a eficácia e eficiência na gestão da Sub-região, favorecendo o aproveitamento de oportunidades e proporcionando a criação e implementação de novas dinâmicas, no contexto das atuais estratégias nacionais e europeias, que sublinham a importância dos territórios e do seu papel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

33

aglutinador de políticas sectoriais como recursos essenciais para o desenvolvimento.

Neste sentido passamos a descrever as atividades e projetos realizados em cada uma das áreas de atuação no ano de 2019:

Organismo Intermédio – Gestão e controlo de projetos financiados por fundos comunitários

A Comissão Interministerial de Coordenação, designada CIC Portugal 2020, deliberou (deliberação n.º 71/2015), nos termos e para os efeitos da alínea g) do n.º 2 do artigo 10º do decreto-lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, e conforme previsto na alínea a) do n.º 7 do artigo 65º do mesmo diploma, homologar, sob proposta da autoridade de gestão respetiva e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., a lista de competências a delegar pela autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Norte nos seus organismos intermédios, entre os quais consta a CIMAT. A delegação de tais competências constitui para a CIMAT um estímulo à capacitação técnica desta comunidade constatando-se que os serviços próprios já assumem alguma dimensão tanto ao nível da quantidade como da tecnicidade.

Sistemas e Tecnologias de Informação: Projetos em curso: TIC AT (Norte - 09 - 0550 - FEDER – 000062) - Plataforma de partilha e gestão da informação em rede; A CIM do Alto Tâmega está a implementar e gerir uma Infraestrutura de Dados Espaciais do Alto Tâmega (IDE-AT), onde se consubstanciará um observatório da informação em rede que sirva todos os atores da região.

Educação: A CIMAT, continuou o seu esforço, iniciado em 2018, aquando da sua aderência à coordenação, em articulação com a DGEstE, Agrupamentos Escolares da Região do Alto Tâmega e Escola Profissional de Chaves, do processo de planeamento e concertação da rede de ofertas profissionalizantes para jovens – Ano letivo 2018/2019 tornando-se assim um agente facilitador, no processo de planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes para o ano letivo 2018-2019, contribuindo para orientações metodológicas e critérios de ordenamento para os Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais.

Projetos em curso: No Poupar Está o Ganho – Projeto de educação financeira concebido pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda implementado nas escolas públicas dos Municípios do Alto Tâmega com vista á capacitação dos jovens na tomada de decisões financeiras corretas, criando uma nova geração de consumidores informados, promovendo a mudança de vida de todos os envolvidos, alunos, pais e professores.

Projetos concluídos: Plano integrado e inovador de combate ao Insucesso Escolar (NORTE - 08 - 5266 - FSE - 000135) - O PIICIE do Alto Tâmega representa um investimento de aproximadamente 5 milhões de euros, e contempla um conjunto de 14 projetos. Projetos estes que contaram com a colaboração ativa dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

34

Agrupamentos Escolares do território e com apoio da Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento SA na sua implementação, na convicção de que só com a cooperação e o empenho de todos é que o sucesso escolar registará valores mais positivos, impulsionadores do desenvolvimento económico e social da região. Tratou-se de projetos com objetivos coerentes, claros e estrategicamente orientados, cujo propósito foi atingir taxas de retenção e desistência mais positivas, promover o desenvolvimento de competências psicossociais, potenciar a motivação para a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos, melhorar a comunicação escrita e verbal, valorizar a cidadania ativa, a criatividade e a inovação.

Impulso empreendedor (Norte- 08 - 5266 - FSE – 000136) - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação, cultivando e promovendo uma cultura empreendedora;

Atividades desenvolvidas: AquaValor (NORTE – 01-0246-FEDER-000053) – Criação da associação AquaValor - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, suportada numa candidatura à criação de Infraestruturas tecnológicas, constituindo-se este como um centro de competências e transferência de Investigação avançada nos domínios da Água e do Agro. Em 2019, no âmbito de um protocolo assinado entre a CIMAT e o Instituto politécnico de Bragança, a oferta formativa de ensino superior na região foi aumentada, com a abertura de sete novos cursos técnicos superiores profissionais (CTESP) com o objetivo de incentivar os jovens a prosseguir com os estudos após o 12º ano.

Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Tâmega (RIBAT): A Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alto Tâmega, foi constituída, através da assinatura de um protocolo que envolve a CIMAT, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar a fim de otimizar e rentabilizar os recursos disponíveis em prol da população. Esta rede pretende juntar os esforços das diferentes bibliotecas de cada um dos municípios permitindo assim a partilha interna de recursos.

Empreendedorismo: nesta temática, a CIMAT persegue como objetivo principal a captação e fixação de capital humano qualificado, com potencial para o desenvolvimento de atividades empreendedoras e inovadoras na região dando-lhe assim maior visibilidade externa.

Projetos concluídos: empreendedorismo (Norte - 02 - 0651 - FEDER – 000055) - Promoção do Espírito Empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

35

Atividades desenvolvidas: Rede de Mentores do Alto Tâmega - Uma iniciativa da CIMAT desenvolvida no âmbito do Programa de atração e Fixação de Empreendedores no Alto Tâmega a todos os empreendedores que pretendam beneficiar do apoio de um mentor que acompanhará o desenvolvimento do seu projeto e colaborará na superação dos principais desafios, ao longo do processo de evolução da ideia de negócio e da criação da empresa. A Rede de Mentores do Alto Tâmega foi inicialmente mobilizada para o apoio e acompanhamento de projetos StartUP Voucher e para o apoio aos finalistas da edição do concurso de ideias.

II Gala do Empreendedorismo e Empresas do Alto Tâmega - Uma iniciativa da CIMAT em parceria com a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos Do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, o evento teve como objetivo distinguir e reconhecer os Finalistas da 2ª edição do Concurso de Ideias do Alto Tâmega de 2019 e as Empresas e Organizações do Alto Tâmega que, ao longo do ano de 2018 e 2019, tenham acrescentado valor ao território com distinção para as categorias de: empreendedorismo, investimento, gestão, visibilidade, prémio mais e mérito.

Florestas: no que diz respeito às florestas a CIMAT persegue como objetivos dar a conhecer as falhas de conhecimento relativamente às características do setor na região de forma a supri-las, valorizar as atividades do setor reforçando a capacidade de criação de valor, afirmando a excelência e reconhecimento dos produtos.

Projetos concluídos: Competitividade do Setor Florestal (Norte - 02 - 0853 - FEDER - 000085) – Foi criado um programa de apoio à melhoria da competitividade das PME do setor florestal do Alto Tâmega, através da implementação de um conjunto de ações que, atuando diretamente junto dos agentes que integram a respetiva fileira, reforçaram a capacidade de criação de valor deste setor, e contribuíram para o aumento da visibilidade e reconhecimento do mesmo e da região, bem como dos respetivos produtos, a nível nacional e internacional;

Gabinete Técnico Florestal: foi criado um posto de trabalho para um técnico florestal assumindo as funções de GTF que iniciou as suas funções em janeiro de 2019. As principais objetivos passam pelo acompanhamento das políticas florestais, promoção da articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal, acompanhamento e promoção da transição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal para os planos diretores municipais, promover a articulação e funcionamento integrado dos gabinetes técnicos florestais municipais, acompanhamento dos planos de defesa da floresta contra incêndios e planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, identificação, para efeito de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal á escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão, produção e disponibilização de informação agregada de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

36

Âmbito florestal, nomeadamente cartográfica, difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais bem como outras atividades que sejam solicitadas pelo ICNF em articulação com a entidade intermunicipal.

Brigada Florestal: foi criada a brigada de sapadores florestais para o Alto Tâmega envolvendo um total de 15 elementos. Esta iniciou as suas funções em março de 2019. Comandada por um técnico designado líder da brigada, devidamente credenciado em fogo controlado, acompanhado por 14 sapadores florestais. Esta brigada teve como área de competência os 6 municípios do território.

A criação deste meio da rede primária da defesa da floresta contra incêndios decorreu de uma candidatura apresentada pela CIMAT, junto do Fundo Florestal Permanente. Este meio tem por função intervir prioritariamente no âmbito da instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência.

Produtos Endógenos: neste aspeto a CIMAT teve em conta a definição da estratégia de internacionalização e abordagem aos mercados para um conjunto de produtos endógenos da região do Alto Tâmega, visando o reforço da respetiva capacidade competitiva, o crescimento do volume de distribuição e comercialização em mercados internacionais, bem como o aumento da visibilidade internacional da oferta e da perceção dos mercados relativamente à qualidade destes produtos, tão fundamentais para esta região.

Projetos concluídos: Produtos Endógenos (Norte - 02 - 0752 - FEDER - 000038) - Estratégia de internacionalização e abordagem aos mercados para um conjunto de seis produtos endógenos da região do Alto Tâmega, visando o reforço da respetiva capacidade competitiva, o crescimento do volume de distribuição e comercialização em mercados internacionais, bem como o aumento da visibilidade internacional da oferta e da perceção dos mercados relativamente à qualidade destes produtos.

Atividades desenvolvidas: IV Conferência Internacional Sobre as Bio-regiões – Após adesão da CIMAT à rede internacional das Bio-Regiões em 2018, realizou-se, a IV Conferência Internacional Sobre as Bio-regiões. Organizada pela International Network of Eco Regions (In.N.E.R.), em parceria com os municípios de Idanha-a-Nova, S. Pedro do Sul e Torres Vedras, a CIMAT, a Escola Superior Agrária de Ponte de Lima e a Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (Agrobio), o programa contemplou testemunhos sobre a experiência das Bio-regiões portuguesas e a apresentação da sua estratégia para o futuro. Esta conferência, teve como objetivo incentivar o nascimento de mais Bio-Regiões em Portugal, envolver toda a comunidade na gestão sustentável dos recursos locais, promover a cultura do biológico numa abordagem territorial, contribuir para um desenvolvimento atento à conservação dos recursos, o respeito do meio ambiente, a valorização dos diferentes locais e, desta forma, a qualidade de vida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

37

Transportes: O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), institui a passagem de competências na gestão e fiscalização dos serviços de transporte públicos regulares.

A CIMAT, no sentido de aproveitar e potenciar esta transferência de competências, assumiu a Autoridade de Transportes do Alto Tâmega, como meio de concentrar os recursos da região na promoção de um transporte público eficiente e inclusivo.

Projetos em curso: PAMUS (NORTE-03-1406-FEDER-000091) – É objetivo desta operação financiar uma parametrização da rede de transportes flexíveis e um sistema de apoio tecnológico para a criação de serviços de TPF a aplicar no território. Esta plataforma está a ser gerida de forma centralizada na CIM (também como atual Autoridade de Transportes da sub-região). Está a ser elaborado um conjunto de sinalética, brochuras e mapas, como meio de informar o cidadão das opções de mobilidade disponíveis e assim garantir um aumento na taxa de utilização do transporte público.

IMT – Capacitação da Autoridade de Transportes do Alto Tâmega - Dotar a Autoridade de Transportes do Alto Tâmega, de informação digital de base, necessária e imprescindível para a realização de operações de análise e modelação de redes, com a finalidade de criação de cenários de mobilidade abrangentes, racionais e capazes de gerar mais-valias na prestação de serviços de transporte.

IMT – Aferição e Otimização da Localização das paragens de Transportes de Passageiros no Alto Tâmega - Aferir com precisão os dados reportados no SIGGESC sobre a localização das paragens de transporte público no Alto Tâmega, criação de um conjunto de atributos de classificação das paragens que englobem atuais tipologias e propostas de melhoramento, identificar e propor novas localizações e ou valências para as paragens, em consonância com a legislação, sob uma ótica de melhor prestação de serviço público de transporte e sempre valorizando a modalidade e a incorporação de novas tecnologias.

Turismo: A atividade turística constitui-se como uma das apostas estratégicas do Alto Tâmega, fundada numa oferta de turismo termal e de turismo de natureza em espaço rural que complementa a beleza natural da região, contextualizada por grandes áreas de interesse natural e que lhe conferem um enquadramento privilegiado em termos de biodiversidade e de riqueza paisagística.

Projetos em curso: Alto Tâmega- Destino Termal (Norte - 06 - 3928 - FEDER - 000006) - Valorização do Alto Tâmega enquanto destino turístico, através da dinamização e promoção dos seus recursos endógenos diferenciadores;

Plano de Sinalética (Norte - 06 - 3928 - FEDER - 000012) – Fomentar a acessibilidade da informação ao turista/visitante através da sinalização implantada; impulsar a qualidade da informação da oferta turística e estimular a promoção dos seus principais recursos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

38

Água, uma experiência cultural (Norte - 06 - 3928 - FEDER – 000007) - Reconhecimento e a afirmação do recurso “Água” como elemento cultural primordial no Alto Tâmega, por forma a promover e salvaguardar a sua importância enquanto parte integrante da identidade territorial da região e da memória coletiva da população residente e enquanto vetor essencial da economia;

Atividades desenvolvidas: Posto de Turismo do Alto Tâmega - O novo posto de turismo faz parte do plano estratégico para o desenvolvimento do Alto Tâmega, realizado pela CIMAT em consonância com os seis municípios que integram o território (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar). Projeto da autoria de Bruno André & Francisco RÉ, Lda., aprovado em novembro de 2018, iniciado em setembro de 2019, em Chaves, pretende contribuir para a valorização e divulgação do património e dos recursos endógenos da região, além de permitir ligar o território em rede, garantindo que o visitante tenha acesso a informação sobre os vários destinos e municípios do Alto Tâmega.

Participação no Xantar – Ourense 2019 - A CIMAT, esteve presente no evento, juntamente com jovens empreendedores nos seis concelhos que compõem esta área – Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar –, que apresentaram conceitos inovadores, reinventando a tradição e apostando em produtos de excelência, destacam-se pelo fumeiro de excelência, pelo vinho, mel ou pão.

Participação na BTL 2019- A CIMAT, em parceria com o Turismo Porto e Norte de Portugal, esteve representada com um expositor na BTL 2019, salão de referência para a indústria do Turismo Nacional e Internacional. A sua participação assentou, fundamentalmente, na promoção e divulgação do património gastronómico, natural, cultural e histórico existente no Alto Tâmega.

Participação na FIT 2019 - A CIMAT, em parceria com o Turismo Porto e Norte de Portugal, marcou presença na FIT – Feira Ibérica de Turismo na Guarda, com o objetivo de promover os produtos endógenos e desenvolver os fluxos turísticos.

Participação na INTUR 2019 - A CIMAT, marcou presença na INTUR – Feira Internacional do Turismo do Interior, que decorreu em Valladolid, Espanha. A CIMAT realizou uma promoção de todo o território, com destaque para a oferta turística, nomeadamente natureza, gastronomia, turismo rural, saúde e lazer, em destaque num stand 360º, com várias demonstrações gastronómicas.

Proteção de Dados: na sequência do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016, dada a urgência na adoção de medidas tendentes à sua implementação nas entidades públicas e privadas, impôs-se a obrigatoriedade da CIMAT e seus Municípios integrantes, também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

39

providenciarem pelas diligências que se revelem necessárias à adequação dos seus serviços.

Como tal, face à complexidade da matéria atinente ao tratamento de dados pessoais que carece do enquadramento de entidades especializadas e dotadas para o efeito, procedeu a CIMAT, mediante uma atuação concertada entre as referidas entidades, à conclusão serviços em causa, capacitando assim todos os elementos e garantindo o cumprimento das normas comunitárias.

Alterações Climáticas: A região do Alto Tâmega encontra-se impreparada para fazer face ao fenómeno das alterações climáticas. Neste sentido a CIMAT sentiu a necessidade de atuação para promover a integração da adaptação às alterações climáticas nas políticas de planeamento e gestão territorial.

Projetos em curso: Planos Municipais e Cartografia (POSEUR- 02- 1810- FC- 000453) - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;

Adaptação às Alterações Climáticas (POSEUR - 02 - 1708 - FC - 000011) - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;

Impacto das alterações climáticas (POSEUR - 02 - 1708 - FC - 000046) - Cartografia de Risco para Investigação, Determinação e Avaliação de Impactos das Alterações Climáticas no Alto Tâmega;

Projetos concluídos: TROCO2 (POCTEP) - Este projeto teve como objetivo incrementar os níveis de eficiência na utilização dos recursos naturais para contribuir ao desenvolvimento da economia verde no espaço de cooperação, Galiza-Norte de Portugal.

Outras atividades desenvolvidas: 2º edição do Aqua Fórum - Um seminário sobre a água, promovido pela CIMAT que reuniu vários especialistas do setor. Com o objetivo de reafirmar o Alto Tâmega e reconhecê-lo com o território da água, os seis municípios que compõe a CIM da região, lançaram, para a próxima década, uma estratégia comum em redor da água em 4 dimensões: Água e Turismo; Água e Agricultura; Água e Termas; Água e Energia”.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues e Hernâni Carvalho.

O deputado Duarte Gonçalves agradeceu a excelente clarificação e esclarecimento feito em relação às atividades e aos projetos que se vão desenvolver. É bom saber que se pode contar com a CIM para o desenvolvimento das nossas regiões.

Falou do Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso e disse que é uma estrutura que devia ser acolhida pela CIM uma vez que abrange toda a área e que devia pertencer a toda a comunidade. Pelas dificuldades que aquela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

40

infraestrutura enfrenta, e como já se verificou ultimamente, é uma estrutura que até consegue dar lucros, deve-se pensar no futuro que se lhe quer dar, tendo que as várias autarquias do Alto Tâmega ser solidárias com a questão de Montalegre. O matadouro nasceu para abranger toda a região e não funciona nesses moldes. Este assunto carece de alguma diplomacia e chamar a atenção das pessoas que têm poder de decisão e de influência para que se possa ajudar esta estrutura. Há projetos da CIM em que Montalegre sempre se manifestou solidário e pensa que agora pensa que deverá ser recíproca.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Quero em primeiro lugar saudar o Dr. Ramiro pela sua excelente intervenção e explanação, demonstrando ser um técnico competente e que só podemos esperar dele bom trabalho, como de resto o tem feito até aqui.

Mas ficou também aqui expresso o interesse dos valores comuns e a unidade dos seus autarcas na defesa da região, dos valores ambientais, da proteção cultural, na atração turística e na dinamização económica.

E neste importante trabalho global salientava aqui:

A concessão dos transportes e que é um enorme desafio, nomeadamente para um concelho como o de Montalegre, com uma baixa densidade populacional e onde a distância a percorrer é considerável.

Na promoção do emprego, com a contratação de sapedores florestais.

No setor da educação, através do projeto "Aqua valor" que permite atrair massa crítica para a região.

A interação com a rede de bibliotecas, através de Montalegre.

Ou no setor do turismo, com a criação do balcão do Alto Tâmega.

Promover projetos de desenvolvimento em zonas deprimidas do interior é muito difícil e o resultado não é uma "salvação" imediata. É preciso juntar muita coisa e estar sempre a trabalhar para se contrariar, estancar ou inverter uma tendência geral centralista que "suga" tudo para os grandes centros.

Mas ficou aqui patente que temos ideias e projetos e que lutamos por eles.

Que 2021 seja realmente um ano melhor em tudo e de grandes concretizações para o Alto Tâmega e para Barroso. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."

O deputado Hernâni Carvalho agradeceu a curta e boa intervenção do Dr. Ramiro Gonçalves, mas apontou duas críticas construtivas. Referiu que somos muito hábeis a criticar o centralismo de Lisboa, do Porto ou de Vila Real, mas questiona, se a brigada da CIM serve Boticas e Montalegre, porque é que ficou sediada em Chaves.

Desejou boa sorte no cumprimento das suas responsabilidades, pois a sorte da CIM será a sorte de todos nós. Destacou o papel importante da CIM no que diz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

41

respeito ao combate a esta pandemia, pois todos os Presidentes de Câmara têm tomado uma posição acertada e concertada nas decisões e, nesse desidrato dá os parabéns à Câmara Municipal de Montalegre que liderou esse processo.

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega disse que o assunto do matadouro do Alto Tâmega e Barroso é um assunto que tem vindo a ser discutido em muitas das reuniões da CIM, pois têm consciência que tem que se proteger e promover as instituições que existem no território, para se lhe dar escala supramunicipal para que elas sobrevivam. O objetivo da CIM é que os ativos sejam servidos por todos.

Assumi que da sua experiência verifica que não há CIM que trabalhe tão concertada e tão bem reconhecida a nível nacional como a do Alto Tâmega.

Falou ainda do projeto Aquavalor que vai prestar serviços como análises clínicas e, que possivelmente, vai ter o mesmo problema que o matadouro. Se todos os concelhos do Alto Tâmega comprarem as análises clínicas, sobrevive. Caso contrário, o futuro daquele equipamento fica comprometido.

Relativamente à primeira brigada florestal ter ficado em Chaves, disse que houve uma razão objetiva para que ela tivesse ficado lá, pois iria servir os seis Municípios e tinha que ser colocada onde ficasse central aos seis e onde tivesse ligação à rede nacional de autoestradas. Esta brigada, a maior parte do ano, presta serviço de apoio no combate a incêndios e tem que ter capacidade para se deslocar de um lado para o outro. A equipa é gerida de uma forma escrupulosa e é muito dispendiosa uma vez que só é financiada a 50%. A brigada é escrutinada diariamente através do GPS da carrinha, a introdução de polímeros diariamente, relógios de ponto para os trabalhadores e sabem exatamente o que é que a brigada diariamente produz. Tem que produzir 0,72 hectares de floresta por dia. Se não o fizer, não está a fazer um trabalho bem feito.

Sobre a pandemia, disse que é um tema bastante complexo, no entanto referiu aspetos em que o Alto Tâmega e Barroso trabalhou muito bem, tendo em conta que se está a lutar contra um inimigo que não se vê. Destacou a compra de EPI's para os centros de saúde, numa fase inicial da pandemia, destacou o papel importantíssimo do Aquavalor pois, sem este organismo, não haveria análises preventivas nos lares, o que permitiu atacar grandes surtos e destacou a disponibilidade da única arca frigorífica da região para armazenamento da vacina. O Aquavalor cedeu aos serviços de saúde um equipamento que permite armazenar as vacinas destinadas ao Alto Tâmega e que precisam de ser armazenadas a 80 graus negativos para que se possa rapidamente iniciar o processo de vacinação.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

42

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2021 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2021;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues, Sandra Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado Duarte Gonçalves disse que os documentos apresentados são pouco ambiciosos. Esperava mais do executivo. Fica feliz que o projeto da piscina vá avançar pois é sinal que a oposição fez o seu trabalho.

A Câmara Municipal de Montalegre tem obrigação de ter políticas para atrair investimento e vender o território de forma a combater a desertificação. Em Montalegre valoriza-se muito o setor público e deve dar-se apoio à iniciativa privada.

Congratula-se com o apoio à apicultura pois tem conhecimento que passam sérias dificuldades.

Perguntou porque é que o centro de recolha de animais errantes saiu do plano de atividades uma vez que é obrigatório.

Disse que o Fundo COVID é uma excelente ideia.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "O Plano de Atividades que foi apresentado é um Plano eclético para dar resposta ao ano difícil que aí vem. É também um Orçamento adequado a um ano de incerteza, mas de esperança.

Esperamos o fim da pandemia, mas as consequências económicas e sociais vão demorar a passar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

43

Mas este plano tem investimento público, forte vertente social e estímulo à economia local.

Este plano ajuda a economia e favorece as políticas sociais com um orçamento que cobre a economia e que reforça a missão social da autarquia.

E por isso merece a nossa referência positiva pelo seu conjunto, merecendo destaque:

- Os projetos inovadores como a Plataforma de venda de Fumeiro, que terá de ser acompanhada de muita promoção;

- O projeto de Aldeia Nova para valorização da classificação de "Barroso a Património Agrícola da FAO".

- As diligências para várias apostas no reforço turístico e ambiental do Parque da Peneda Gerês e a cooperação transfronteiriça;

Nas obras, salientamos grande investimento em todo o concelho, merecendo destaque:

- A requalificação das piscinas municipais

- A outras obras de urbanização da sede do concelho

No apoio à economia local o orçamento contempla grandes investimentos, no apoio à agricultura, aos produtos locais, e às pessoas, merecendo destaque:

- Apoio aos produtores de pequenos ruminantes

- Apoio à sanidade animal

- Apoio á feira do fumeiro

- Apoio á produção pecuária

- Apoio financeiro a freguesias para criação de postos de trabalho

Na área social o investimento vem no seguimento dos anteriores e até é reforçado, destacando-se:

- A participação do Município no programa dos cartões "Abem" com comparticipação de medicamento

- O "vale família" agora instituído que reforça a solidariedade e coesão em tempo de grave crise.

Trata-se de um plano de investimento geral que respeita os compromissos, que contempla as freguesias e núcleos urbanos de Salto e Montalegre, e temos, por isso, um orçamento que preserva o investimento, mas que garante as boas contas.

Por tudo o que referi, mas também:

- Pelo grande investimento da EHATB na região;

- Pelos projetos comuns da CIM Alto Tâmega;

- Pela generosidade do Governo no aumento do FEF e do Fundo de Coesão para os municípios;

- Pelo sucesso da União Europeia nas medidas de apoio à retoma e à economia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

44

Por tudo isto, projeta-se e prevê-se alento para a região, pelo que, este Plano, merece aprovação com a esperança num bom ano de 2021. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Na assembleia de dezembro de 2017, assim como numa reunião organizada pela câmara municipal no ecomuseu de Salto, a propósito das obras na escola primária, chamei à atenção do executivo que o projeto não contemplava salas suficientes, nem casas de banho, nem um recinto fechado para atividades nos intervalos quando está mau tempo, nem para reparar o recreio que continua num estado vergonhoso. Entretanto, foi montada uma tenda e contentores para colmatar essas falhas, com a desculpa, está claro, da pandemia. Essas lacunas já existiam antes da pandemia e o executivo não deu ouvidos a quem apontava as lacunas, que poderiam ter sido resolvidas na altura no projeto. Por incompetência, terão agora que despende de um orçamento muito mais elevado, precisamente 351 mil euros. Em suma, serão investidos mais de 700 mil euros num pequeno edifício, sempre com lacunas quando esse valor daria para construir o que lá está de raiz. Assim é gerido o dinheiro publico.

Alegam que investem nas pessoas e na dinamização da economia do concelho, os resultados desmentem esse investimento. Portanto seria sensato repensar a forma como aplicam as medidas, dado que não surtem efeito estão a ser mal aplicadas.

O nosso presidente, questionado por mim numa assembleia de 2019 acerca do apoio básico e essencial às famílias do Baixo Barroso, uma creche municipal, informou-nos que estava a resolver o assunto. Pois bem os jovens do Baixo Barroso gostariam de saber em que ponto da situação se encontra a solução encontrada pelo município, isto é, se realmente estão a trabalhar numa solução. Outro assunto é os cartões ABEM. Uma medida de excelência, mas mais uma vez mostra que aquilo que fazem com as mãos, estragam com os pés. Tenho conhecimento de Saltenses com parcas reformas, que se dirigiram ao presidente da junta obter informações sobre a obtenção do cartão. Qual o espanto das pessoas, quando o presidente da junta lhes responde que teriam de ir falar com o presidente da câmara. Relembro que o papel de um presidente de junta é ajudar os habitantes todos da sua freguesia e não apenas e só os socialistas, a sua obrigação era colocar a funcionaria da junta ao dispor dos Saltenses para preencher o formulário e encaminhar o mesmo para os serviços sociais da câmara, dado que são pessoas carenciadas e muitas vezes sem formação para preencher este tipo de requerimentos. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

45

O deputado Nuno Pereira disse que aquilo que lhe parece das propostas de investimento para o próximo ano, é que há uma gestão inteligente dos recursos porque muitas pessoas olham para Montalegre pensando o que efetivamente não é. Vê pessoas que defendem políticas em que para enriquecer tem que primeiro se empobrecer, e depois vê-as defender o que é contrário à sua própria política. Fala-se do fraco desenvolvimento e PIB do interior e esquecem-se que todo o interior esteve durante dez anos debaixo de medidas financeiras que empobreceram o País de uma forma brutal e que dá a impressão que as pessoas se esquecem que ainda estamos a recuperar desse choque anafilático em que as pessoas, as famílias e as empresas foram privadas de recursos e de investimentos fundamentais para que hoje, que se assim não fosse, estivéssemos numa situação mais desenvolvida. Não se pode comparar o comparável com o incomparável. Não se pode comparar a Câmara de Montalegre com a Câmara do lado, se atrai ou não investidores, quando esses municípios estão ao lado de uma autoestrada e perto de polos industriais estratégicos e muito fortes. Tem que se medir a lógica de raciocínio e medir o que se pede para o concelho. Tem que se ser honesto para se fazerem críticas, não se dando soluções. Tem que se indicar que tipo de empresas e indústrias há a criar em Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os contributos do PSD não foram pedidos em dois dias, mas sim com três semanas de antecedência.

Disse que o Município tem uma forte capacidade de dinamizar e conquistar investimentos para o concelho. O executivo tem sido incansável. Batem a várias portas, dão ideias, disponibilizam espaços, tem um regulamento aprovado para financiamento de um pavilhão para quem crie dez postos de trabalho e ainda não houve ninguém que usasse essa prerrogativa. Há um hotel fechado há mais de cinco anos e ninguém lhe pega e nunca houve problemas com a rentabilização do hotel. O dramático é sabermos que no concelho parece haver gente sem visão para o negócio, ou então não acredita no futuro.

Informou que o Município pretende adquirir o edifício em frente à Câmara para que lá seja edificado um hotel. O mesmo tem projetado para a Borralha. E lá está mais uma vez o executivo municipal a dizer como se faz.

Se não há investidores internos e externos, tem que a Câmara fazer esse trabalho. Também é por isto que acredita que a mineração pode ser uma solução para este flagelo. Há investimentos vultuosos previstos para o nosso concelho que de animo leve ninguém pode dizer não aceito ou não quero, enquanto as incidências e consequências não sejam conhecidas. E isto é que defere ou distingue quem está na política para fazer e combate quem passa a vida a fazer que faz.



Deliberação: Aprovado por maioria com sete votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves, e com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.4. Proposta de aprovação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis/aprovação do número máximo total de subunidades orgânicas;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves.

4.5. Desempenho das funções de Fiscal Único na empresa "EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA" pela Sociedade revisores oficiais de contas "RSM & Associados, SROC", com sede na Av. do Brasil, 15-1º da cidade de Lisboa;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves.

4.6. Criação de Linha de Apoio Social para aquisição de bens de primeira necessidade COVID19;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

47

4.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 / art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8. Revogação do Regulamento Municipal de Apoio ao Abate de Suínos;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte voto declarado de abstenção à Mesa: "O efeito repristinatório da lei deve ter-se em atenção devido à revogação do regulamento de apoio ao abate de suínos atualmente em vigor e que não é substituído por outro regulamento que foi aprovado pelos órgãos autárquicos em 2017. Montalegre, 28 de dezembro de 2020. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves".

O Senhor Presidente da Câmara disse que a revogação tem que ser feita para que o mesmo trabalho seja feito pela Associação Terra Fria Barrosã.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves, José Fernando Moura e Acácio Gonçalves.

4.9. Pedido de apoio formulado pela Freguesia de Santo André, para apoio nos arranjos da capela de José, na referida freguesia;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10. Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega / Aprovação da Minuta de Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

48

Adjudicantes, a estabelecer entre os Municípios do Alto Tâmega e a AMAT;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade o texto e o conteúdo do Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, junto à deliberação da Assembleia Municipal, em minuta, e delegar no respetivo Presidente a subscrição do referido Protocolo.

4.11. Aprovação do Concurso público para fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP dos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e AMAT;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12. AMAT / Opções do Plano e Orçamento para 2021 / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.13. CIMAT / Orçamento e Mapa de Pessoal para Aprovação – ano 2021/ Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

49

4.14. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021 / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.15. Aprovação das Minutas de Contrato Programa a celebrar entre a EHATB e os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Sandra Gonçalves e Duarte Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves disse que já questionou várias vezes o Senhor Presidente da Câmara sobre a estrada para Pereira. A obra já foi paga pela a EHATB e pela câmara e está parada há mais de dois anos. Mal de quem tem que passar lá todos os dias.

O deputado Duarte Gonçalves disse que vai votar contra pois defende que o pagamento deve ser feito diretamente entre a EHATB e o empreiteiro que faz a obra.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não se podem vir para aqui dizer asneiras como alguns deputados fazem. A obra que falta fazer na estrada de Pereira tem que ir a concurso público, pois o que foi pago não contemplava a obra toda.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves e duas abstenções dos deputados José Fernando Moura e Acácio Gonçalves.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, terminada a discussão da ordem do dia, deu a palavra ao público, tendo-se inscrito o Sr. Armando Pinto para intervir sobre o tema da exploração mineira no concelho de Montalegre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

50

O Sr. Armando Pinto entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sr.(s) Vereadores, Sr.(s) Deputados, meus senhores e minhas senhoras.

A Associação Montalegre Com Vida, vem desta forma demonstrar a nossa indignação e perplexidade para com a atitude da mesa e da maioria dos elementos desta assembleia!

Porque razão esta assembleia se recusa pronunciar sobre a exploração mineira, tal como já foi feito por várias assembleias municipais de municípios vizinhos? Falta de conhecimento?... Meus senhores, não creio! Não se subestimem, têm esse conhecimento, e é precisamente por terem esse conhecimento que têm medo de tomar posição.

Meus Senhores e minhas Senhoras, a indústria mineira é das indústrias mais poluentes do mundo!

A nossa tomada de posição de posição, foi tomada com consciência e pelo amor que temos a Barroso, e apos termos realizado reuniões com vários académicos de varias faculdades do nosso País (Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra e Universidade Nova de Lisboa).

Porque será que países como a Alemanha, França, Inglaterra, e até a Espanha, que possuem reservas de Lítio superiores a Portugal, não querem lá este tipo de explorações, e estão a financiar esta indústria para se instalar em Portugal?...

Foi noticiado a bem pouco tempo pela imprensa estrangeira, que para Portugal está apenas previsto a exploração dos recursos, tudo o resto da cadeia de transformação e criação de valor acrescentado, está previsto para ser instalado em Espanha, França e Alemanha (países detentores da indústria automóvel), ou seja, Portugal apenas fica com os buracos e com a poluição.

Este tipo de indústria não trará desenvolvimento para a nossa região, pelo contrário, irá causar mais desertificação, descaracterizando por completo o nosso concelho!

Vamos por em causa tudo aquilo que nos distingue, que foi preservado e construído pelos nossos antepassados, a nossa identidade, os nosso usos e costumes, as nossas tradições, os nossos produtos de excelência, a nossa agricultura, as nossas paisagens, a nossa água, a nossa fauna e a flora, a nossa qualidade de vida, em troca do incerto?

Tal como já foi aqui referido, o nosso concelho tem mais de 25% da sua área ameaçada. O problema com uma possível mina de lítio ou de outros metais associados, não é só da freguesia de Morgade, pois como devem saber temos 20 potenciais zonas de exploração mineira identificadas no nosso PDM, que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

51

distribuem pela maioria das freguesias do nosso concelho, e já existem para a maioria dessas zonas pedidos e/ou contratos de prospeção e/ou exploração.

Já tivemos minas no nosso concelho para percebermos que este tipo de exploração não traz desenvolvimento, nem fixa pessoas à terra!

O passivo ambiental deixado pelas minas que existiram no nosso concelho não nos ensinou nada?

No dia 30 de novembro, participamos na reunião de Câmara em Travassos do Rio, e infelizmente foi aprovado um parecer positivo com voto de qualidade do Sr. Presidente da Câmara, para a concessão mineira com a denominação Borralha.

Parecer idêntico já tinha sido dado pelo executivo Municipal a concessão da Mina do Romano (Freguesia de Morgade e Sarraquinhos), este foi dado sem sequer ter sido aprovado em reunião de Câmara ou Assembleia Municipal.

Percebemos nessa reunião que, quem aprovou esse parecer não conhecia o projeto, não sabiam que a área de exploração é de 56 Km², que se trata de uma mina a céu aberto, que terá rebenfamentos diários, nunca leram o plano de lavra. Temos plena convicção que este projeto será o abrir portas à indústria mineira no nosso concelho, e que em breve será associado a este contrato o lítio, pois como deveriam saber esta zona encontra-se dentro da denominada área Barroso Alvão Norte, que fará parte do concurso internacional que o nosso governo pretende realizar.

Não permitam que o vosso legado nesta assembleia fique marcado por terem autorizado a indústria mineira destruir o nosso concelho!

Sr. Presidente, se a Mina do Romano fosse de Volfrâmio, qual seria a sua posição? A Associação Montalegre Com Vida continuará a lutar, e tudo fará para que nenhuma exploração mineira se concretize no nosso concelho. Muito Obrigado! Assinado, Armando Pinto, Associação Montalegre Com Vida.”

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

52

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas